

24 horas
em movimento

P.R. e M.N.E. desmentem "invasão" portuguesa da Espanha

A PROSECUÇÃO da Espanha e o Ministério da Defesa Espanhol desmentem, através de uma declaração emitida em Madrid, a acusação de invasão portuguesa da Espanha, feita pelo governador de Ceuta, Francisco Franco, no dia 17 de outubro.

O governador de Ceuta, Francisco Franco, afirmou que as forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, na manhã do dia 17 de outubro, e que as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

O Ministério da Defesa espanhol afirmou que não houve invasão portuguesa de Ceuta, e que as tropas portuguesas estavam apenas a fazer exercícios de rotina na fronteira.

A declaração foi emitida em Madrid, no dia 18 de outubro, e foi lida em voz alta pelo governador de Ceuta, Francisco Franco.

Novos comandantes da P.S.P. e G.N.R.

O GOVERNADOR de Ceuta, Francisco Franco, anunciou a nomeação de novos comandantes da Polícia de Segurança Pública (P.S.P.) e da Guarda Nacional Republicana (G.N.R.) da Espanha.

Os novos comandantes são o tenente-coronel José María García e o tenente-coronel José María García, ambos da Armada Espanhola.

Assembleia Constituinte prorrogada?

OS DEPUTADOS da Assembleia Constituinte da Espanha decidiram prorrogar o seu mandato até ao dia 31 de outubro.

A decisão foi tomada numa sessão realizada em Madrid, no dia 17 de outubro.

Oficiais do Copcon intercedem a favor de Casanova Ferreira

OS OFICIAIS do Copcon intercedem a favor de Casanova Ferreira, acusado de participação em um atentado em Lisboa.

Os oficiais afirmam que Casanova Ferreira não participou no atentado, e que a acusação é injusta.

Ponte aérea termina a 31 de Outubro

A PONTE AÉREA entre Ceuta e o continente espanhol termina a 31 de outubro.

A ponte aérea foi criada em 1974, e tem permitido a ligação entre Ceuta e o continente.

O Min. do Trabalho e os salários

O MINISTRO DO TRABALHO de Espanha anunciou que os salários não serão aumentados.

O ministro afirmou que a situação económica não permite um aumento dos salários.

Expresso Extra
5 de Novembro
o Expresso
passado e futuro

A vende todas as 4.ª e 5.ª edições de manhã

Expresso

SEDE: AV. FRANCISCO PINTO BALSARÃO, 1207-35, LISBOA, PORTUGAL

Stop, prevenção, CR e RASP revelam neutralização e radicalização militar

As ações que se realizaram em Ceuta, no dia 17 de outubro, revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

FNLA, Chipenda, UNITA (e ELP) ocupam Sá da Bandeira

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

As ações revelaram a neutralização e a radicalização militar. As forças portuguesas invadiram o território espanhol de Ceuta, e as tropas espanholas foram obrigadas a recuar para o interior da cidade.

Agonia de Franco provoca negociações dentro e fora do regime

A AGONIA de Franco provoca negociações dentro e fora do regime. As negociações são realizadas em Madrid, e envolvem a transição de poder.

As negociações são realizadas em Madrid, e envolvem a transição de poder. As negociações são realizadas em Madrid, e envolvem a transição de poder.

A AGONIA de Franco provoca negociações dentro e fora do regime. As negociações são realizadas em Madrid, e envolvem a transição de poder.

As negociações são realizadas em Madrid, e envolvem a transição de poder. As negociações são realizadas em Madrid, e envolvem a transição de poder.

Augusto de Carvalho (em Lisboa) entrevista **Agostinho Neto**



- A independência de Angola através do MPLA
- Não haverá conferência FNLA-MPLA-UNITA

Breve inventário das Forças Armadas (8 de Maio) Pág. 12

Caso CICAP-RASP Notícia complementar ao problema local? Pág. 13

EXPRESSO LONGE

Carlos Macedo
(Secretário de Estado da Saúde) responde a Maria Belo José Carlos Ferreira de Almeida e Helena Vaz de Silva

Pág. 18 e 19

VI Governo Provisório prepara austeridade em várias frentes

O VI Governo Provisório prepara austeridade em várias frentes. O governo anunciou medidas de austeridade em várias áreas, incluindo o setor público e o setor privado.

O governo anunciou medidas de austeridade em várias áreas, incluindo o setor público e o setor privado. O governo anunciou medidas de austeridade em várias áreas, incluindo o setor público e o setor privado.

OMEGA Dynamic

Um relógio que se renova. É jovem! É moderno!

24 horas

P.R. e M.N.E. desmentem "invasão" portuguesa da Espanha

A PRESIDENCIA da República e o Ministério dos Negócios Estrangeiros desmentiram, ontem à noite notícias que a ANOP teria difundido, no sentido de que "grupos armados constituídos por portugueses e estrangeiros estariam a movimentar-se, a partir do território português, em direcção à fronteira espanhola".

O desmentido da P.R. é particularmente enérgico e acentua que "os sentimentos de indelicada simpatia (do povo português) pelo povo espanhol jamais tolerariam, acções que vissem envolver os tradicionais laços de amizade que unem os dois povos ibéricos".

Os boatos sobre este assunto (e também acerca de movimentações em direcção contrária, ou seja, Espanha-Portugal) foram, com efeito tão insensas em Lisboa, que o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, dr. Medeiros Ferreira, na audiência do titular da pasta, baseado em informações oficiais da embaixada de Portugal em Madrid, se viu forçado a solicitar, ontem à tarde, uma audiência urgente ao 1.º Ministro e Presidente da República em exercício, Almirante Pinheiro de Azevedo.

A dita audiência teve resultado os comunicados acima referidos.

Novos comandantes da P.S.P. e G.N.R.

O NOVO comandante da PSP/GNR deverá ser o brigadeiro Oliveira Rodrigues, actual Comandante da Guarda Fiscal. Para comandantes-gerais das duas corporações serão nomeados o brigadeiro Passos Esmoriz, que comandou o Regio Militar do Norte e o cor. Fernando Catáira. Na Guarda Fiscal, ficará, como comandante interino, o actual 2.º comandante, coronel Custódio Neves.

A posse, à qual se pretende dar alguma solenidade realizar-se-á no princípio da próxima semana.

Assembleia Constituinte prorrogada?

SEGUNDO fontes bem informadas, deverá ser brevemente publicada uma Lei Constitucional do Conselho da Revolução que prorrogará por mais três meses o prazo de funcionamento da Assembleia Constituinte. Na verdade, a cerca de 20 sessões para o termo do prazo legal anteriormente fixado, que termina no princípio de Dezembro, a Assembleia votou cerca de 70 artigos e faltam votar mais de 130.

Oficiais do Copcon intercedem a favor de Casanova Ferreira

OS OFICIAIS em serviço no COPCON, incluindo o general Ocho Saravia de Carvalho subscriveram um documento em que é pedida com urgência a análise da situação do major Casanova Ferreira, oficial afecto ao general Spínola detido após o 11 de Março. Casanova Ferreira era, na altura o Comandante da PSP de Lisboa.

O major Casanova foi libertado no dia 25 de Abril do Forte da Trindade depois de estar envolvido na intenção das Caldas da Rainha.

Ponte aérea termina a 31 de Outubro

TERMINA NA PROXIMA 6.ª feix. 31 de Outubro, a ponte aérea, organizada pelo Governo Português, para a evacuação dos portugueses de Angola. Até ontem às 15,00, haviam sido transportados segundo elementos fornecidos pelo IARN, que tem proporcionado assistência aos retirados, 171 183 pessoas (só durante o dia de sexta-feira chegaram 3053). Para a última semana de ponte aérea, prevê-se o regresso de mais cerca de 20 000 indivíduos. Nos primeiros dias de Novembro, haverá ainda voos para transportar de membros das comissões de desalojados, que se encarregaram de organizar as partidas do território angolano.

Am números acima indicados, haverá, evidentemente que acrescentar os passageiros dos voos comerciais, alguns deles utilizando os aviões que partem da África do Sul, e os que utilizaram outros meios de transporte, desde as trainees de peões às viaturas automóveis.

Em meios afectos ao VI Governo Provisório, recorda-se que o termo da ponte aérea e a aproximação do dia 11 de Novembro, data da independência de Angola, possam provocar por parte dos retornados alguma agitação. Recordar-se que a desocupação do Banco de Angola foi essencialmente obtida pelo recurso à ameaça de suspensão da ponte aérea e que se vem tornando detectável um ambiente de hostilidade recíproca entre os retornados de Angola e os portugueses já anteriormente residentes em território português.

O Min. do Trabalho e os salários

O MINISTRO DO TRABALHO fez distribuir uma nota oficial em que, depois de referir a agravada da situação financeira e económica do País recentemente tema de exposição formulada pelo Primeiro Ministro, chama a atenção dos trabalhadores para os seus verdadeiros interesses, no sentido de se observarem as «capacidades económicas dos sectores e empresas» quanto à retribuições salariais que as ultrapassarem.

A nota adianta que o Ministério não deverá apoiar acções que viam a fixação de retribuições superiores às capacidades salientando que «ou apesar da fixação esta não é cumprida, tornando-se inútil ou passível de gerar conflitos e reclamações, ou as retribuições começam a ser pagas e num prazo maior ou menor chega-se à falência com o consequente desemprego». Por outro lado, segundo comunicado do Gabinete do Primeiro Ministro, o Conselho da Revolução principiará a apreciar o projecto de Diploma Legal, elaborado pelo V Governo, e que passará a regulamentar «o controlo organizado da produção pelos trabalhadores». Este projecto legal é considerado essencial para a aplicação da Portaria de Metalurgia e Mecanomecânica que recentemente foi confirmada pelo Ministério do Trabalho.

VI Governo Provisório prepara austeridade em várias frentes

APESAR de ter sido adiada a sua divulgação ao país, que se deveria ter feito ontem por intermédio da TV pelo Primeiro Ministro, já se conhecem alguns pormenores sobre o Plano de austeridade/emergência, que foi lido por Vítor Constâncio na reunião de 5.ª-feira do Conselho de Ministros.

Aláda, durante esta reunião, na qual se deveria ter abordado o Plano, os presentes apenas se debateram sobre a actual crise de autoridade, tendo o Primeiro Ministro feito uma duríssima intervenção, de tal maneira, que pediu aos habituais secretários que se retirassem da sala... Também o ministro Tomás Roma se distinguiu numa alocução que foi considerada pelos presentes como 'bastante firme, tendo deixado alguns dos participantes algo incomodados.

O Plano

Relativamente ao Plano referiu-se, em primeiro lugar, que os seus autores insistem em que o texto em causa não se trata de maneira nenhuma de um Plano Económico de Emergência mas sim de um mero documento de trabalho que tem por objectivo servir de base ao início da discussão sobre as linhas orientadoras da política económica global e sobre algumas das principais medidas imediatas a tomar.

O Plano encontra-se dividido em três partes. A primeira trata do restabelecimento dos desequilíbrios e mecanismos económicos fundamentais — política de austeridade, equilíbrios financeiros e preços e rendimentos. A segunda da recuperação da economia e do problema do desemprego — sectores a reanimar, investimento, sector privado e problemas regionais. A terceira dos problemas estruturais e de organização. Ficou em aberto um quarto capítulo referente à agricultura e pesca sobre o qual o respectivo Ministério se deverá ainda pronunciar.

(Continua na pág. 12)

Plano de austeridade: Nacionalizações indemnizadas por títulos públicos

Continuação de pág. 1

Política de austeridade

O reconhecimento da necessidade de uma política de austeridade é feito pela demonstração de que, em 1975, como o investimento total na economia será menor que o défice entre as nossas exportações-importações, o consumo público e privado será superior ao Produto Nacional, o que implicará que os principais objectivos da referida política de austeridade serão: diminuir o défice externo, aumentar o investimento e aumentar o PNB, diminuindo o consumo, em especial de bens supérfluos ou importados.

Entre outros métodos para alcançar estes fins, aponta-se para a criação de impostos adicionais sobre salários, lucros e outros rendimentos, e/ou, para a realização de um empréstimo forçado, canalizado para a habitação. Pretende-se igualmente adoptar uma política de rendimentos mais restritiva, redução do salário máximo nacional em 15 %, congelamento até ao fim do ano dos salários superiores a 12 500\$00 e das negociações colectivas de trabalho, etc.), assim comq impor uma maior austeridade nas despesas públicas.

Outras maneiras referidas para alcançar os objectivos propostos, respeitam às restrições à compra de certos bens de cuja importação o Estado tem o monopólio ou controlo, acompanhadas eventualmente de esquemas de racionamento. Por exemplo, quando não

se puder subsidiar ou importar mais determinados bens alimentares considerados efectivamente essenciais, estes serão racionados. Prevêm-se também restrições ao consumo de certos bens, impostos por via administrativa (caso da energia).

Por outro lado, e cuidando dos aspectos sociais que essas medidas possam ter através de medidas compensatórias, far-se-ão restrições ao consumo, aumentando o preço de certos bens, especialmente os supérfluos.

Todas estas medidas serão acompanhadas duma ampla campanha de mentalização do povo portuguesa, procurando-se fazer incidir a austeridade para os bens mais supérfluos e para os rendimentos mais elevados.

Como reequilibrar o sector público

O pesado défice que actualmente suporta o sector público será combatido, através de medidas que, visando os impostos (antecipação ao pagamento do imposto complementar, aumento dos impostos sobre bens mais supérfluos, tributação mais efectiva das profissões liberais, etc.), aumentem as receitas do Tesouro Público. Por outro lado procurar-se-á reduzir as despesas do sector público através de várias iniciativas entre as quais se referem: a contenção de subsídios a certas empresas, o ajustamento do orçamento do Fundo de Abastecimento, e as limitações às admissões de pessoal em serviços públicos.

Balança de pagamentos e restrições das importações

A atenuação do défice da balança de pagamentos será feita por intermédio de várias iniciativas, no que respeita à política cambial, incluindo-se a criação dum câmbio variável mais desvalorizado por forma a estimular o turismo estrangeiro e a facilitar o turismo de nacionais para fora do País, e a hipótese de vir a declarar a inconvertibilidade externa do escudo-eote.

Na política de restrição de importações, por ser aquela que tem um impacto mais imediato na população referem-se todos os pontos que se pensa vir a ser adoptados, aos quais aliás o EXPRESSO já referiu em várias ocasiões e para os quais a população parece estar preparada para reconhecer a sua necessidade de:

— aumento de preço dos combustíveis, sendo o preço igual para todos os portugueses (incluindo funcionários públicos e militares);

— campanha de poupança de energia que inclui a circulação alternada de veículos de matrícula impar e par durante o fim-de-semana e normas de poupança relativas à iluminação, horários de espectáculos, TV, etc.;

— revisão da tributação sobre algumas importações;

— fixação do montante máximo de divisas a conceder para a importação de automóveis e peças sobresselvas;

— utilização do comércio de estado para racionalizar determinadas importações.

Relativamente à promoção de exportações serão melhorados a maioria dos serviços de apoio às exportações portuguesas, nomeadamente no que se refere à concessão

de crédito e seguro de crédito e à realização de operações financeiras que visem o escoamento de certos stocks (textéis, vinho, conservas, etc.).

A entrada das remessas dos emigrantes, será estimulada através da criação de contas especiais.

De referir que relativamente ao financiamento do défice externo, para além de se promover a natural utilização dos financiamentos externos (CEE, RFA, URSS, Banco Mundial, USA, etc.) se irão realizar operações com base nas nossas reservas ouro, à semelhança dos empréstimos do Citicorp já negociados.

Empresas

A frágil situação financeira da maioria das empresas nacionais é objecto de apreciação no texto a que nos temos vindo a reportar, com o senão de que tudo o que se refere às PME é subjacente ao texto, mas não nele inserido concretamente.

Assim, entre outros aspectos, prevêem-se aumentos de preços em determinados sectores (electricidade, por exemplo) assim como uma legislação especial para os sectores em crise. Também será resbeto o mercado de obrigações, podendo as empresas, mesmo as nacionalizadas, emitir novos títulos de obrigações.

Banca e política monetária

Relativamente ao sector bancário, no capítulo da reestruturação, far-se-ão algumas das anunciadas fusões de bancos, assim como será criado um Banco de Comércio Externo e definidos os futuros órgãos de gestão dos bancos.

Considerou-se também necessário lançar novas campanhas contra

o estabelecimento de condições e reequilibrar a situação económica das instituições de crédito, mediante uma decisão de taxa de redescuento, uma revisão das taxas activas e passivas e uma transferência do lucro do Banco de Portugal para os outros bancos.

Por seu turno, serão definidos os critérios de indemnização (com títulos) das nacionalizações, protegendo os pequenos accionistas, e resolvidos os problemas dos Fundos de Investimento, tipo FIDES.

Sectores em crise e política de investimento

Os sectores prioritários a reanimar, construção civil e os sectores exportadores em geral, serão objecto de programa de emergência que visará resolver os problemas mais urgentes, nomeadamente os relativos a financiamentos e procura; será igualmente criada uma Secretaria de Estado da Construção Civil.

A política de investimentos a adoptar visará prioritariamente, além como tem acontecido até à data, fomentar projectos com maior influencia sobre o emprego e a balança de pagamentos.

Retira-se, por último, que, relativamente ao sector privado, é reconhecida a necessidade de criar um clima propício ao investimento, sendo reafirmado, embora sujeito a alteração, os princípios sobre as garantias à iniciativa privada dadas pelo V Governo.

Serão igualmente revistos os decretos 660/74 (conhecido pelo decreto das nacionalizações) e 222/75 (decreto que protege as empresas onde o Estado interveio em detrimento das privadas).

O Código de Investimentos Estrangeiros já divulgado será igualmente promovido.

CARVAALHO, Augusto de

FNLA, Chipenda, UNITA (e ELP) ocupam Sá da Bandeira

LUANDA (do nosso enviado especial Augusto de Carvalho) — A MOBILIZAÇÃO GERAL decretada anteriormente pelo MPLA, a incluir todos os jovens dos 18 aos 35 anos, fez passar para segundo plano na opinião pública de Luanda a visita do ministro Vítor Crespo, que entretanto copiosamente limitou as primeiras preocupações dos dirigentes dos "bracos" com "guerra generalizada".

O facto mais saliente do dia de hoje foi o anúncio da queda de Sá da Bandeira, até aqui em poder do MPLA. Quase mesmo, foi anunciada em Luanda a Embaixada de Lubango (Sá da Bandeira), que anunciou que as forças da FNLA, UNITA, Chipenda e Exército de Libertação Portuguesa, ocuparam a cidade. Foi a primeira vez que, publicamente, o ELP se anunciou como actuando militarmente em Angola. O outro facto digno de relevo é que, sexta comunicação aos microfones da Rádio de Lubango, feita, segundo fontes que conhecemos a voz do locutor, por um ex-FLEC, é que a FNLA aparece mencionada, em separado com a facção Chipenda. Como é do conhecimento geral, Chipenda havia aderido à FNLA, da qual foi nomeado secretário-geral adjunto. Ostem à tarde, em conferência de imprensa, o dr. Rui Monteiro,

ministro da Informação de Angola, chamou a esta coluna que tomou Sá da Bandeira uma "tenebrosa brigada internacional fascista". Segundo consta, esta brigada era composta inclusivamente por forças regulares de África do Sul, e por portugueses que certamente ali haviam sido aliados, sobretudo a partir do Sudoeste africano e da África do Sul.

Entretanto, em Luanda, durante o dia de anteontem, ouviram-se os rebentamentos provocados pela artilharia da FNLA e pela resposta do MPLA, que actuava na região do Quifangongo. Nest momento, a FNLA encontra-se entre Quifangongo e o Porto de Piri. Houve quem chegasse a pensar que a falta de água, que antontem e ontem se fez sentir na cidade de Luanda, fosse a consequência da FNLA ter avariado a Estação de tratamento de águas, localizada em Quifangongo. Na realidade, o reservatório, que abastece Luanda está ao alcance da barreira de fogo da FNLA. Soube-se depois que o facto resultou de os funcionários da guarda à Estação haverem abandonado os seus lugares de trabalho por medida de precaução. Expressa-se que a questão da água seja resolvida em curto espaço de tempo.

Houve também tentativas por parte da FLEC de entrar em Cabinda tendo sido repelida. Essa



...tentativas de entrada registou-se a partir da zona de fronteira entre o Congo e o Zaíre.

Pontes destruídas

A população de Luanda acordou ontem aos centros de mobilização e a vida na cidade continua calma. Não é de prever, como muita gente pensa, que a FNLA chegue a Luanda em curto espaço de tempo, só porque o MPLA destruiu as duas pontes sobre o rio Bengo impossibilitando-lhes a passagem.

Por outro lado, continuam as diligências do ministro Vitor Crespo no sentido de cooperar na estabilização política de Angola. Anteriormente, deu uma Conferência de Imprensa no Palácio do Alto Comissário, à qual estiveram presentes jornalistas de Angola, de Portugal e estrangeiros. A imprensa local, que muito tem criticado e atacado o discurso do ministro Melo Antunes pronunciado na ONU, pouco se tem referido à visita do ministro Vitor Crespo, aguardando certamente o desfecho da mesma. Entretanto, há porcioneros que mostram uma certa má vontade em relação a uma posição, explicada pelo ministro Vitor Crespo. Refiro-me à posição portuguesa, de que a imprensa local não se fez eco. A título de exemplo, cito a notícia hoje dada no jornal da tarde, em que se dizia textualmente: "O Sr. Vitor Crespo, ministro de Portugal, concedeu ontem uma conferência de imprensa aos seguintes órgãos de informação estrangeiros: REUTER; FRANCE PRESS e BBC, e alguns jornais americanos, entre os quais a NEWSWEEK. Sublinhamos desta conferência de imprensa por intermédio de uma fonte geralmente bem informada que nos adiantou ter estado igualmente presente a agência noticiosa AMAPE. O sr. ministro português deverá deixar Angola antes de 11 de Novembro, assegurou-nos a mesma fonte.

A verdade porém é que na conferência de imprensa esteve presente a Rádio Televisão de Angola, a quem o ministro português, depois da conferência, concedeu esta entrevista em exclusivo. Por outro lado, o redactor do Diário de Luanda ali esteve também presente.

"Este tipo de notícia resulta de um certo ressentimento contra o facto de Portugal não haver reconhecido oficialmente o MPLA como único Movimento enquanto o representante legítimo do povo angolano."

No entanto, na conferência de imprensa, o ministro Vitor Crespo, interrogado por perguntas de jornalistas presentes, esclareceu a posição portuguesa em termos progressistas. Declarou que Portugal não admitia de forma alguma "a balkanização" de Angola, que condenava as intervenções estrangeiras no território angolano e que continuava fiel ao espírito do acordo do Alvor entendendo por esse espírito unicamente o princípio segundo o qual é ao povo que pertence por direito inalienável organizar o seu próprio destino. "Portugal — afirmou Vitor Crespo — não tem que transferir os poderes para Angola uma vez que o detentor desses poderes é o povo angolano e não Portugal que a partir pouco foi a potência colonizante". Vitor Crespo sublinhou que só a vontade do povo é que pode determinar o Governo que há-de presidir aos seus destinos. O problema de Portugal reside, depois do dia 11, na questão do reconhecimento do Governo que se vier a formar em Angola.

Até lá, tudo fará para a estabilidade político-social de Angola. Esta estabilidade entendeu-a o ministro Vitor Crespo dentro de esquemas de progresso, de harmonia com as linhas de evolução da revolução portuguesa. Esclareceu Vitor Crespo que Portugal alguma vez tivesse intenção de reconhecer três Governos em Angola, e que naturalmente seria inclinado a pronunciá-lo a favor daquela organização ou Governo que mais afinidades tivesse com a orientação progressista do processo político português, que contribuiu para as descolonizações de Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, as quais Vitor Crespo considerou modelares.

Em resposta a um jornalista, que lhe perguntou se Melo Antunes, ao discursar na ONU e ao falar no apelo aos Organismo Internacionalista ONU e OUA, entidades que esse apelo se devia entender no sentido de uma intervenção armada de tipo da que houve no Congo, Vitor Crespo. Refiro-me à posição temente que alguma vez estivesse nas intenções do Governo de Lisboa chamar a ONU ou a OUA para intervir militarmente em Angola. Aproveitou para condenar toda e qualquer ingerência estrangeira no território angolano, já que é ao povo e só ao povo angolano que compete decidir do

(Continua na pág. 12)

Conclusões da missão da OUA a Angola

3

(Continuação de pág. 11)

seu destino. Portugal, na medida das suas possibilidades, ajudará no sentido de que os caminhos deste povo sejam rumos progressivos e que Angola se encaminhe para regimes em que não seja possível a exploração do homem pelo homem, e em particular se oriente contra regimes fascistas que ainda há nesta zona.

Orém, Vitor Crespo deslocou-se ao Ambriz onde se encontrou com Holden Roberto, líder da FNLA. Do encontro, porém, ainda não transpareceram resultados, podendo, no entanto, supor-se que Holden Roberto e seu primeiro e criador Mubala admitiriam uma conferência a quatro, isto é, entre MPLA, FNLA, UNITA e Portugal. O MPLA, por sua vez, insiste terminantemente em se declarar como o único representante legítimo do povo angolano (ver entrevista na pág. 13). Parece muito difícil, senão impossível, que o MPLA aceite tal conferência. Até ao momento, Vitor Crespo ainda não se encontrou com Agostinho Neto. Entretanto, Agostinho Neto já esteve com o Alto Comissário em Angola, almirante Leonel Cardoso, encontro onde certamente foram tratados assuntos relacionados com a visita do ministro português. Segundo submos, o ministro português deslocou-se a hoje ainda a Nova Lisboa, para contactar com a UNITA.

Ainda em reacção com esta conferência, o ministro tornou claro que Portugal não puxa a alternativa da conferência a quatro como única alternativa possível. E apenas uma das modalidades que se encontram, tendentes à procura de estabilidade para esta zona do Globo.

Relatório da OUA

A Comissão da OUA, que recentemente percorreu o território angolano, apresentou já o seu relatório à Organização, de que constam os pontos seguintes:

- 1 — Todas as partes respeitaram a data de 11 de Novembro para a independência;
- 2 — É inadmissível que Angola seja dominada por forças externas;
- 3 — Devem ser reconhecidos todos os inconvenientes da "balcanização";
- 4 — Deve-se impulsionar o desejo dos Movimentos de formar um Governo Nacional, desejo que segundo o relatório da OUA os seus enviados em Angola detectaram, segundo afirmam, em cada um dos Movimentos;
- 5 — Os três Movimentos, diz o relatório, desejam uma solução pacífica para o povo angolano;
- 6 — São unânimes em condenar a intervenção externa, em pessoal e armamento.

Por outro lado, segundo fontes de Kampaia, onde se encontra o tenente-coronel Costa Brás,

embaixador itinerante do Governo português, a Comissão de Conciliação (que vai a Angola) e o presidente da OUA, recomendam aos três Movimentos que não devem avançar para além das posições que ocuparam aquando da proclamação da independência. Recomendam também que deve ser imediatamente formado pelos três Movimentos um Governo de união nacional com a finalidade de conduzir Angola à independência. Propugnam a retirada das tropas portuguesas antes de 11 de Novembro, e que os três movimentos devem encontrar em eleições dentro de 12 meses, a partir do 11 de Novembro. Dizem ainda que a OUA tomará todas as medidas para impedir a internacionalização do problema angolano. Para a OUA, segundo as fontes de Kampaia, nenhum estado-membro reconhecerá qualquer movimento de libertação no caso de um

deixar unilateralmente a independência. Este o resultado da missão de "consultação" enviada a Angola a qual juntamente com o seu presidente, segundo fontes informadas, iria recomendar aos estados-membros que adoptassem este procedimento. Por sua vez Amín Dada, presidente em exercício da OUA, informou o tenente-coronel Costa Brás que iria convocar os membros que constituem o bureau político da organização, para que se debruçassem sobre estas recomendações. Este bureau político é constituído pelo Guiné-Bissau, Sudão, S. Tomé e Príncipe, Níger, Comores, Moçambique, Cabo Verde, Alto Volta e Madagascar.

Amín Dada informou Costa Brás que Portugal será convidado na qualidade de observador.

Espera-se que o ministro Vitor Crespo regressa a Lisboa, no domingo pela manhã.

FNLA denuncia influência da União Soviética no MPLA

A FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) acaba de publicar um documento em que a intervenção da União Soviética em Angola se refere:

Segundo o documento o ataque lançado pelo MPLA a 9 de Julho foi apenas um passo no desenvolvimento do processo de assalto ao poder com proclamação unilateral da independência e formação de Governo pelo próprio MPLA.

Tal situação "de facto" seria rapidamente reconhecida por vários países que em breve considerariam a situação "de jure".

A suspensão unilateral do Governo de transição de Angola pelo Alto Comissário genérico general António de Macedo abriu o terreno do ponto de vista jurídico, segundo aquele documento para a ocupação do Governo pelo MPLA, e para a proclamação unilateral da independência, que o próprio MPLA nunca reconheceu.

O insucesso do MPLA na sua tentativa de negociar um acordo com a UNITA e o reconhecimento da luta que está focado a travar contra este movimento e a FNLA, poraram os seus planos.

Tudo, porém estava previsto pelo MPLA, cujo Governo — sempre segundo o documento e em apoio — teria a seguinte constituição:

Finanças ministro: — Lopo do Nascimento; Vice-primeiro ministro: — Lúcio Lara (encarregado dos Negócios Estrangeiros e Justiça); ministro das Finanças, Economia e Organismo: — Sády Mingas; ministro das Forças Armadas e da Segurança: — Henrique Carneira; ministro da Educação Cultura e Arte: — Paulo Jorge; ministro do Interior: — Maria Saizinho; ministro da Informação e Turismo: — Luís de Almeida; ministro do Comércio e Produção Industrial: — Chibeleaga Damita; ministro da Agricultura agricultura Água e Floresta: — Chibeleaga Damita;

Ministro da Agricultura Água e Floresta: — Jaime Macedo; ministro dos Recursos Naturais: — Edmundo Rocha; ministro da Saúde e Assuntos Sociais: — Kleise Mansold; ministro dos Correios e Telecomunicações: — Carlos Alberto; ministro do Estado para a Juventude e Desporto: — Raulo Dinizka; Secretário de Estado das Forças Armadas para a Milícia e Armamento: — Jacob Castano; — Secretário de Estado para o Estrangeiro e Organizações Internacionais: — Pascoal Louvai; — Secretário de Estado para a Aviação Civil e Marinha Mercante: — Paiva Magalhães.

Entre os Governos africanos dispostos a reconhecer esse Governo estariam os seguintes: Argélia, Egipto, Líbia, Guiné-Bissau e Cabo Verde, Moçambique, Tanzânia, Mali, Daomé, Sudão, Guiné, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Somália e S. Tomé e Príncipe, e entre os países não africanos: União Soviética, Jugoslávia, Checoslováquia, Roménia, Bulgária, Polónia, Hungria, Cuba, República Democrática da Alemanha, Iraque, Síria, Perú, Índia, Sri Lanka, Vietname do Norte e Vietname do Sul, Camboja, Coreia do Norte, Holanda e Suécia.

Na sua análise dos antecedentes da influência soviética sobre o MPLA, o documento escreve a certa altura: "Em grande parte é ao dr. Álvaro Cunhal, chefe do PCP, que se deve o controlo que Moscovo, esteve sobre o MPLA. Com efeito, foi ele quem organizou, em 1964, contactos directos entre o presidente do MPLA, Agostinho Neto, e os responsáveis do Kremlin, em Moscovo. Ainda hoje a situação de Neto reconhece abertamente as suas directivas dos laços de Moscovo em Lisboa. Em particular de Cunhal e de Rosa Coutinho, almirante da Marinha portuguesa cujos sentimentos pro-soviéticos são bem conhecidos".

SOUSA, Marcelo Rebelo de

Dos choques (golpes?) partidários à importância de Espanha passando por Angola

Marcelo Rebelo de Sousa

HA UMA semana terminámos o nosso artigo com a conclusão de que o IV governo português em marcha em clima de avaliação recíproca dos golpes de "esquerda" e de direita contrarrevolucionária.

Uma semana depois, o VI Governo ultrapasou já a duração de V, 35 dias aproximando-se da duração do I, 56 dias, mas não se criaram ainda condições para o começo da nova partida de xadrez político.

E pois, ainda, num cenário largamente cruzado pelas conjecturas de golpe de estado que se entra neste fim-de-semana.

Além, logo na segunda-feira, em editoriais paralelos, os dois matutinos libetários avisavam que esta fosse "a semana decisiva".

No verdadeiro rigor dos termos, na lógica do nosso artigo anterior, declinava para nós seria "todo o período que decorre até 11 de Novembro, e não apenas a semana de 19 a 26 de Outubro.

Mas, se neste período ante-11 de Novembro alguma fase se pode em tese destacar ela é a que começou na passada quinta-feira e irá até cerca de uma semana antes da data prefixa para a independência de Angola. Assim o têm entendido inúmeros comentadores portugueses e estrangeiros.

E porquê? Porque esse é o tempo durante o qual se tomará claro se o MPLA mantém inalterada a sua actual posição político-militar designadamente em Luanda, ou se a FNLA consegue levar a sua recente ofensiva até ao ponto de por em causa aquela posição.

Depois de 1 ou 2 de Novembro os dados já estarão definitivamente jogados, em termos de suspensão do poder no novo Estado. Antes dessa data, por razões políticas e militares conhecidas, a FNLA não conseguirá marcar significativas

pontas no "raid" contra-estágio em que se tem descompostamente empenhado.

Se as forças políticas em Portugal pretendiam influir no desenlace da questão angolana, tinham pois um espaço de tempo claramente definido, e que não ultrapassava, assim, os 10 dias tendo hoje já menos do que isso!

O PORQUE DA COMPENSAÇÃO

Até ontem, e mais grado as previsões mas ou menos divulgadas de certos observadores, a compensação de forças (e também de ditos projectos de golpes) foi uma realidade.

Talvez porque os vários sectores pretendiam superar o seu exacto peso e a sua capacidade de mobilização. Ou talvez, sobretudo, porque em Portugal, agora, há muito a convicção de que quem avança primeiro tem muitas "chances" de perder. E isto é considerado verdade para o plano político como para o plano militar.

Agrade que tomar qualquer iniciativa contra o poder momentaneamente constituído, ou que tem a garantia (díficil) de uma vantagem no novo equilíbrio de forças, ou arrisca-se a deparar com a inércia solidária de muitos dos demais sectores políticos.

Posto isto, vejamos qual a posição atribuída pelos observadores aos projectos de golpes, tanto falados nos últimos tempos.

A POSIÇÃO DO PCP

Começando pela posição do PCP, teremos que alguns órgãos de imprensa, que já na semana anterior tinham falado na hipótese de um golpe de "esquerda", voltaram a avisá-la, dizendo

designadamente que ele se concretizaria a partir de um dos dois polos iniciais:

— a instauração do que foi chamado a "comuna" experimental em Beja, visando assegurar o começo do controlo sobre o Sul do país;

— a manifestação de quintaficra, apoiada pelo PCP, e de que se esperava que resultassem ocupações de Ministérios e do Palácio de S. Bento, com o apoio de unidades militares, aderentes à jornada cívica (o segundo mês por fim de vista, estar-se-ia perante o início da "comuna de Lisboa").

Os mesmos e outros meios de comunicação anunciaram também que o PCP, directa ou indirectamente estaria a criar um clima de pré-golpe de direita, visando neste envolver o PPD, de forma a poder provocar a alteração substancial do Governo Provisório num sentido favorável à tese várias vezes proposta da coligação PCP-PS-militares de várias linhas (o que colocaria problemas internos graves ao PS, que tem defendido a fórmula do governo tripartidário, com PPD e PCP). Este golpe de direita legitimaria então o golpe orgânico do PCP.

Assim, segundo os sectores estudados, no encontro de Álvaro Cunhal e Mário Soares com o Presidente Costa Gomes e os conselheiros da Revolução, Vasco Lourenço e Almada Condeira, o Secretário-geral do PCP teria comunicado informações variadas sobre um potencial golpe MDLP-ELP, neste referido a eventual participação de militantes do PPD. Segundo Álvaro Cunhal, tratar-se-ia não de um golpe militar clássico (para o qual a direita contrarrevolucionária exercia de poder de mobilização nas unidades, mas de uma série de actos bombistas concentrados em determinadas regiões do país.

O PCP teria, pois, ainda de acordo com os círculos em causa, possibilidade de ficar previsto, designadamente em termos de antecipação, do conhecimento prévio de acções ofensivas da direita legal.

E poderia tentar apresentar-se como o guardião exclusivo (ou, pelo menos, dominante) da democracia portuguesa, provocando, além da queda do VI Governo, a reestruturação do próprio Conselho da Revolução.

Não o faria, porém, como o primeiro a actuar: esperaria o avanço da direita, para depois intervir certamente.

Todas estas considerações foram feitas na expectativa de sequelas evidentes da manifestação de antontem.

Ora, tudo somado (vide artigo da páq. seguinte) esta manifestação ficaria em numero e em âmbito de acção muito aquém daquilo que se conjecturava.

Diversas poderão ser as explicações essenciais para o que foi considerado um certo "falhanço" político dos promotores da manifestação.

E todas as explicações partem, em nosso entender, de um pressuposto comum: o PCP, depois, de ter eliminado um avanço no apoio público à iniciativa da manifestação, recuou à última hora.

As razões deste recuo muito evidente poderão ter sido várias e cumulativas:

a) as dúvidas geradas em torno da própria convocatória da manifestação, por exemplo no seio dos SUV, e, indo mais fundo, a crise interna de algumas das forças políticas que a apoiavam ou deveriam ter mais abertamente apoiado (vide os elementos-chaves do artigo seguinte);



Ausente uma vez mais

b) a preocupação de a manifestação não constituir o início de um processo violento, em que a responsabilidade seria facilmente imputada ao PCP, gerando-se uma eventual reacção desfavorável da parte de meios militares, mesmo daqueles que hesitam em apoiar o VI Governo Provisório;

c) o conhecimento pelo PCP de que as "chances" de o MPLA poder declarar unilateralmente a independência sobiram na última semana.

Na verdade, apesar dos avanços postuais da FNLA nas cercanias de Luanda, e das notícias de intervenção de forças sul-africanas, os observadores melhor informados tendem a inclinar-se para a tese de que o MPLA irá mesmo poder fazer aquela declaração unilateral,

colocando o Governo português na contingência de recorrer (ou não) à ONU, o que, a concretização conduziria a uma internacionalização subsequente do conflito. Mas, no dia 11, o MPLA poderia, provavelmente, afirmar-se como o detentor, em nome do povo angolano, da soberania do novo Estado independente.

E, talvez não tenha sido por acaso que Victor Crespo, respirando o clima político luandense, afirmou em plena conferência de imprensa: "Em claro reconhecimento implícito de uma certa realidade factual: "O Governo português reconhece que os partidos políticos portugueses e o próprio MFA apolam, ideologicamente, as ideias expressas sobre o progresso pelo MPLA. Portanto, há uma afinidade entre as ideias políticas que conduzem a Nação portuguesa e o MPLA. As forças políticas que conduzem a Revolução portuguesa seriam, portanto, com agrado, que ideias semelhantes de progresso se implementassem em Angola. Uma África Austral com sistemas estáveis e com total libertação dos povos, apenas é possível através da instalação de regimes progressistas".

Admitem certos analistas que a FNLA consent, em ritmo intermitente, bombardeamentos contra Luanda, sobretudo na iminência de uma paragem na sua ofensiva a nível de exercito. E para tanto falam mesmo na utilização de "Mirages" localizados no Norte do território e detidos de pilotos treinados para o efeito.

Em qualquer caso, os elementos localmente colhidos apontam para a probabilidade da defesa do MPLA (ivá), neste sentido, a importante entrevista concedida por Agostinho Neto, e o comentário de Augusto de Carvalho, na

A sua plausível esta hipótese — que não é pacífica, mas mais provável — uma parte significativa das motivações do PCP na sua ofensiva golpista anti-VI Governo poderia não ser de ser.

Terão as explicações aduzidas, só por si, justificadas a relativa seriedade em que o PCP actua esta semana, não só em termos de manifestações públicas, mas também em termos de Assembleia Constituinte? E o que, nos dias mais próximos, iremos ver.

A direita contrarrevolucionária
Se passarmos agora para o perigo do golpe de direita, teremos, em tese, que o temor de um ataque ou insuficiência na ofensiva da FNLA poderia justificar a acção desse golpe.

Ora, na reunião já acima referida do Presidente Cúta Gomes com os dirigentes do PS e do PCP, o próprio Presidente da República teria informado deter elementos suficientes para poder afirmar que elementos-chaves do MDLP se encontravam em Portugal, Alípio Galvão, Rebelião de Beto e Benjamin. O comandante Centreiros teria exposto que, através dos Serviços de Informação, em que especialidade, teria havido já localização em território português de vultos destacados do MDLP.

Também foi aventada a hipótese da ocorrência de actos bombistas em Lubao, e num Trilégio figurada de Foz-Guanda-Castelo Branco.

Por outro lado comentadores políticos falavam crescentemente na aproximação MDLP-ELP, nas relações entre o MDLP e a FNLA, e na eliminação pelo MDLP de eventuais membros seus que funcionariam como informadores portugueses, e que teriam sido descobertos. E o "Témoignage Chânoen" que a semana 11 de Março, prevê golpe de direita para o dia 11 de Novembro.

Estas e outras informações complementares permitiam aventar várias hipóteses de comportamento golpista deste sector:

— ele tenderia a esperar pelo vácuo do poder, ou por perturbações generalizadas para intervir;
— ele aglutinaria sectores muito díspares, desde os spinolistas a caetanistas e salazaristas, com tensões internas consideráveis;

— a sua implantação militar seria muito débil;
— um eventual conjunto de actos bombistas ou de sabotagem não teria dimensão para provocar sequer levantamentos populacionais direitistas, mesmo no Norte e Centro do país.

O rebentamento, ou seja, em Lubao, de engenhos explosivos aparentemente com objectivos selectivos, a confirmarem a sua previsional autoria de direita contrarrevolucionária, constituiria uma inflexão à luz de que ela não quereria ser a primeira a avançar.

E, assim sendo, ou tem sequelas imediatas, ou não as tendo de duas uma: constitui um acto de desespero pela inviabilidade de iniciativas de maior envergadura, ou traduz um acto "falhado", que já planado na perspectiva de uma sua desfecho de direita da maiorização de outros.

Num caso ou noutro destes dois últimos casos, a direita legal teria avançado em primeiro lugar. E,



As relações MDLP-FNLA têm raízes...

portanto, arriscou-se a um inausueto, traduzido no isolamento da sua posição, e no reforço do 6.º Governo Provisório.

Só, porém, no dia que se seguiu poderão dizer-se se trata de actos politicamente falhados se o presidente de uma acção de maior flego.

UM NOVO FACTOR: A ESPANHA

An fim e ao cabo, a semana passada teria sido um prolongamento, se possível mais "quentes" ainda, da anterior se não fosse o ter-se perfilado perante a opinião pública portuguesa esta nova peça de puzzle chamada Espanha.

Claro que se não trata da única condicionante política das estratégias dos diversos partidos e forças sociais intervenientes, por exemplo, essa condicionante fundamental para o PCP que é a expectativa da próxima realização do Congresso do PCUS, em que poderá começar o post-borghovismo; ou também esse factor internacional global que se chama europeísmo da CEE.

Mas, vindo para além de 11 de Novembro, a iminente morte de Franco vem abrir de choque a página do post-franquismo, ainda que este venha a ser, durante mais ou menos tempo, o correto do caetanismo em Portugal (e é preciso que alguma coisa mude, para que o essencial fique na mesma).

Ora, esta perspectiva de post-franquismo abre nova urgência ao sentimento democrático em Espanha. E Portugal (e os partidos políticos portugueses), que se têm reconhecido (mesmo quando deslocaadamente) nos quadros frentistas franceses passam a contar com um quinto mais próximo e mais premente.

O que são as dificuldades do frentismo democrático espanhol é matéria já conhecida dos círculos políticos portugueses (e nelas avaliam os autonomismos regionais, bem como a referência na aproximação entre o PCE e o PSOR).

Mas, para além das solidariedades e dos alinhamentos entre partidos portugueses e espanhóis que aspiraram a um reconhecimento

desocorrido, há um factor mais relevante: o interesse geo-estratégico da Espanha em termos de equilíbrio europeu e mundial.

EUA e URSS têm consideravelmente na Espanha um interesse geo-político muito superior ao de Portugal.

É desse interesse vão decorrer as primeiras linhas de acção futur, em que Portugal pode jogar o papel de via privilegiada de contacto.

Vejamos algumas pistas possíveis de raciocínio, sem termos a preocupação de esgotar um tema tão complexo.

a) Para a URSS a situação espanhola é tanto mais relevante e a acompanhar de perto, quanto o PCE se tem revelado muito pouco pró-soviético, e, pelo contrário, bastante adverso a iniciativas suas a Moscovo, como a Conferência Mundial dos PCs, em primeira linha, e a Conferência Europeia dos PCs, em última análise.

Não admiraria, portanto, mais que o PCUS aspirasse a ser atenuada a heterodoxia espanhola, e, sa melhor das hipóteses, a ser substituída a equipa de Carrillo por outra mais próxima do marxocientismo soviético no Movimento Comunista Internacional.

Uma das vias directas e talvez mais fáceis poderia ser a do PD. Desde há já algum tempo em este tem acontecido alternadamente a revolução do equilíbrio de forças no seno do PCE.

E, em tempos, chegou mesmo a falar-se em encontros geo-dirigentes portugueses e espanhóis de linha mais pró-soviética, pelo menos foi documentado pelo PD.

Alguns observadores aduzem que a polarização parcial do PD na situação política espanhola poderia ter reflexos na sua estratégia global, designadamente, em termos de atenuar certos laços internos em matéria de poder político.

b) Para os EUA, o futuro da Espanha está sob atenta vigilância. E o recente acordo sobre a zona em território espanhol (que é considerado uma imposição de estratégias civis, não especificamente militares), veio reforçar esse interesse.

Ora, também aqui é avizor que um posto sujeito a pressão dos americanos possa

ter a ligação entre a situação política portuguesa e a espanhola.

A estabilização interna em Portugal constituiria positivamente um dos dados essenciais de partida para a revolução, por natureza, indispensável em Espanha.

Por outro lado, o apoio que forças partidárias portuguesas consideradas pró-ocidentais podem dar à rápida unificação e consolidação de partidos espanhóis, em muitos casos dispersos, também interessa aos EUA, se pretendêrem assegurar uma saída à "Karamanlis" para a Espanha.

"Guerra" aberta

Se deixarmos de lado o clima optimista e o enunciação de prováveis implicações da evolução política espanhola em Portugal, teremos o que, à falta de melhor qualificativo, designaremos de "vida política torrense".

Dentro dos quadros desta ligue, ao pouco convencionalmente separados das acções golpistas, para facilitar a sua apreciação, a guerra PCP-PPD continuou na "noite do dia".

Os ataques recíprocos prosseguiram, com a exigência de cada um dos partidos de que o outro abandonasse o Governo.



PS-PCP — uma nova aproximação na Constituinte

O indolismo desta pugna esteve em acusação de envolvimento do PPD num eventual golpe de direita

intinuada pelo PCP, e na resposta da Comissão Política Nacional daquele partido, a rumores no mesmo

sentido insinuando o PPD, por seu turno, a eventualidade de um golpe PCP. Aliás, durante esta semana,

para as manifestações do PPD, o que foi entendido como uma forma de responder às situações de que tom conta se integram na dinâmica da diversa contrarrevolucionária.

Ausente na reunião de Belém entre PS e PCP, lo que foi considerado pelos observadores como reticência o clima de ligação PPD-direita contra revolucionária sugerido pelo PCP e também alimentado por vários órgãos de informação, depois o PPD teria contactos oficiais com o PS. Assim, a seguir a um encontro referido Mário Soares-Sá Carneiro, no princípio de semana, na quarta-feira os dois dirigentes voltaram a encontrarem-se democraticamente.

Não obstante em que momentos de respeito são uma interdição de paragens eicorpora do PS e do PPD, e uma subida de JCS, não era que o PS veja a desempenhar o papel de árbitro entre o PCP e o PPD, o encontro Soares-Sá Carneiro deverá ter constituído um valioso para superar factores de separação, que se multiplicaram nos últimos dias.

Factores com a aguçada total do PS no VI Governo, e as reticências do PPD a um Governo com elementos comunistas (que o PS considera imperceptíveis), como a

poliarização pelo PPD da tendência anti-PCP antes assim ainda mais moderadamente, pelo PS, e sobretudo o peso acumado das alas esquerdas do PS e o reajustamento no PPD — tudo isto explica um reajustamento que se acentua.

Enquanto ao PS esta leitura de situação se exprime com vigor le o conselho do Conselho Nacional da J.S. sobre Bragança é um caso exemplar, no PPD avulta a oposição frontal ao PCP e a contestação de formulações marxistas.

Esta separação é muito nitida, na Assembleia Constituinte, onde se aprofundam discussões e logo debate acerca dos Direitos e Deveres sociais, económicos e culturais.

Mais recentemente, a matéria de Organização e Económica do Estado foi novamente anexo para uma oposição formal PS-PPD, na maior parte das vezes sustentada por hábeis intervenções dos deputados comunistas.

De resto, a reunião do Grupo de deputados comunistas no sentido da divergência entre PS e PPD não são fácticas.

Assim, desde que se iniciaram os ataques ao "período de exaustão do dia" ao PPD, cresceram os ataques ao PS, e todas as intervenções de nível as situações que

decem à bipartição entre as formulações conceptuais de inspiração marxista e todas as outras formulações. Nas duas últimas semanas, o único assão da tática do Grupo comunista resultou na resposta feita à intervenção extremamente violenta de Cunha Leal (resposta em que foi notória a perturbação da bancada comunista).

Paralelamente, para muitos observadores a condução do Grupo Parlamentar do PS tem-se esquizado, e no Grupo Parlamentar do PPD a liderança tem experimentado flutuações permanentes, acentuadas pelas ausências de Mota Pinto e depois Barbosa de Melo.

Neste sumário a apontar de tendências partidárias, refere-se a orientação que segundo observadores atentos marcaria no C.D.S. uma tentativa de aproximação do P.P.D.

O encontro Von-Hassel — Sá Carneiro, via Freitas do Amaral, poderia segundo efeitos afectos ao C.D.S., abrir perspectivas de maior contacto entre os dois partidos.

O "entendimto" P.P.D./C.D.S. em matéria de "referendum" nacional é para a imprensa socialista outro sinal.

A única resposta conhecida do P.P.D. a esta "ponte política" lançada pelo C.D.S. (que no Porto fez o seu primeiro grande conselho) é a publicação no jornal do Partido de artigos de dirigentes nacionais do I.S.D. muito violentos contra o C.D.S. e os seus principais "leaders".

Conselho da Revolução

No momento em que os actos bombásticos de ordem podem exigir algumas medidas preventivas militares e policiais, o quadro do Conselho da Revolução con-

tinua a exprimir a tensão entre a Linha dos 9 e os seus adversários.

Se é certo que estes lucraram com um "endurecimento" político, motivado pelo bombardeio diversista, sobretudo na ausência de Melo Antunes, Pezarat Correia e Sousa e Castro, também é verdade que a formação de um Secretariado para a coordenação de militares agiotes da Linha dos 9, e a criação de estruturas de base e jornais dentro da mesma inspiração constituem um segundo bloco importante desta Linha, e podem abrir caminho a um novo "bloco histórico-MFA".

Entretanto, Otelo parece querer assumir uma posição de equilíbrio entre linhas, enquanto Fabião é objecto do apoio entusiástico dos sectores de espírito próximo do F.C.P., e atacado pelos meios de informação ditos não alinhados e pró-PS e P.P.D.

Partindo da convicção de um virtual empenhe em termos de movimentações militares agora (vidé artigo página 17), e da crescente relevância das questões burocráticas (que originam reivindicações internas no seio das F.A.), continua a ser de equilíbrio instável a relação de forças entre linhas político-militares.

Para a Linha dos 9 uma neutralidade intencional e expectante de Otelo seria um factor favorável, como para os "Gonçalvistas", o seria uma criação nos 9, por exemplo a partir de Vasco Lourenço, tão amplamente rodeado pela informação de influência P.C.P.

Resta saber como e por quanto tempo Otelo Sarinha de Carvalho decide esperar e ver.

E também confirmar uma deslocação política de Vasco Lourenço, já que o chamado Grupo dos 9 sempre foi heterogéneo, e como tal continua a existir sem demarcações internas.

LIANA, Viceré Jorge

Manifestação revela bloco político em crise

"DIGAMOS que em uma multidão e basta há qualquer coisa de lábil e esta preocupação portuguesa de apurar a contabilidade dos movimentos de massas até ao último homem. Como se os países adormecidos e os países pequenos não tivessem de ser, aos e seus, alertados pela justiça dos objetivos da manifestação, pela oposição social, pelo abismo das palavras de ordem, pelo significado presente e pela capacidade de projeção no futuro" neste estilo, que se identifica com os hábitos "apontamentos" de José Saramago, director-adjunto do "Diário de Notícias", referia-se, aquele maninho, na sua edição de ontem, à manifestação marcada para o princípio da noite de quinta-feira na baixa lisboeta. No entanto, apesar de já esperado triunfalismo do "D.N." e de "O Século", a demonstração de força que o PCP se empenhou, por intermédio de numerosas reuniões de trabalhadores e de moradores da cidade de Lisboa — onde as correntes afectas àquele partido conquistaram uma posição de hegemonia —, ficou-se, quando muito, pela expressão de um significativo "recuo táctico", relativamente aos objetivos que nos dias anteriores se haviam atribuído à manifestação. Com efeito, desde uma presumível ocupação de ministros — falou-se concretamente no M.A.I. e ao I.C.S. — até à própria ocupação de 3. Bento pela manifestação, várias foram as especulações que se geraram em Lisboa sobre o propósito último da concentração popular marcada para o Rossio e cujo trajecto definitivo, para além do Terreiro do Paço, não viria a ser conhecido

anticipadamente. Dal que o ambiente de tanta expectativa envolvia a manifestação que, ao arrear do Rossio, parecia efectivamente animada de uma força emotiva aliciadora de importantes consequências. Aliás, na tarde de quinta-feira, e enquanto uma abundante propaganda inundava literalmente as ruas da baixa, departamentos oficiais tomavam discretas precauções de segurança contra uma possível invasão. Nos corredores recrava-se que a manifestação fosse a gota de água que faria finalmente transbordar o vaso cheio da crise político-militar agudizada nos últimos dias. Um jornal como "A Luta", afecta ao PS, integrava a manifestação num plano de derrube do VI Governo, ao mesmo tempo que o "Diário de Notícias" e o "Século" preparavam o clima para uma adesão maciça ao desfile. Aliás, o ping-pong entre os maninhos afectos ao PCP e o vespertino mais identificado com o PS foi constante ao longo da semana, como expressão simbólica da luta entre os dois primeiros pelos partidários ao nível da informação.

Em todo o caso, assim que se verificou a concentração final da manifestação na placa central do Terreiro do Paço — a qual só ficaria parcialmente ocupada — enquanto pela instalação sonora se anunciava triunfalmente que a praça se encontrava repleta (falou-se de 200 000 pessoas) e muitos manifestantes ainda desciam a rua do Ouro, Amália-se já ao início de um movimento de desmobilização que cedo se tornaria significativo. Quando falava ainda o primeiro orador do comício do Terreiro do Paço, verificava-se já uma considerável corrente de

debandada em direcção ao Rossio. Dir-se-ia que entre os manifestantes e o público espectador a expectativa tinha sido frustrada. Entre muitos outros, Saramago, nesse momento, abandonava também o Terreiro do Paço.

Divisão nos SUV e na FUR

Independemente dos objetivos que inicialmente se haviam atribuído à manifestação, o certo é que a intensa campanha de mobilização que a precedeu não se justificaria para uma simples concentração no Terreiro do Paço como a que, finalmente, se veio a verificar. Dal que alguns observadores tenham apontado a possibilidade de o avanço em direcção a outros objetivos, estar condicionado ao balanço "in loco" das adesões à manifestação. Outras opiniões, porém, divergem desta análise: a manifestação poderia ter ido muito mais longe, mas já na quinta-feira à tarde os seus objetivos sintetizavam-se num necessário "recuo táctico".

O "recuo táctico"

Tal como a primeira manifestação promovida pela FUR tinha revelado (facto este que, de resto, estaria na origem do afastamento do PCP daquela Frente), as palavras de ordem "unidades" programadas para o desfile e a concentração em Belém foram ultrapassadas pelos militantes do PCP — naturalmente superiores em número — que "parafusaram" a manifestação, especialmente no que se refere ao apoio a Vasco Gonçalves. No caso da manifestação da passada quinta-

-feira, e apesar do seu declarado carácter "unitário", a "partidarização" do desfile era já patente à partida pelo conteúdo de algumas palavras de ordem, identificadas com os actuais objectivos táticos do PCP relativamente a uma alteração do actual relação de forças no aparelho de Estado. Assim, visitadas com palavras de ordem consagradas em anteriores manifestações a favor de poder popular, apareciam outras claramente marcadas pela linha PCP: "Leis do V Governo da para fora", "SPD fora do governo", "Governo da direita não, revolucionário para o Conselho da Revolução", "Somos os que governamos não, somos os que fazemos", etc. Daí que os componentes da FUR se tivessem demarcado da orientação da manifestação, excluindo o leividei: MDP/CDE e a LCI, que aderiu com reservas. Mas o mais significativo foi a divisão que a manifestação revelou entre o bloco militar considerado como afecto ao bloco político que o PCP polariza. Assim, adões de hinos dos SUV aderiram ao desfile — que, no entanto, costos com um número pouco significativo de militares — ao mesmo tempo que o secretariado da organização ou autoritativa, constatando a legitimidade unitária e revolucionária da manifestação. Nessas condições, a clava "partidarização" da manifestação — apesar de o PCP não aparecer como responsável directo pela convocação — impediu que qualquer acção visando objectivos mais ambiciosos aparecesse coberta com a caução unitária e apertada das organizações populares de base. Nestas condições, que teria levado o PCP a não procurar uma Renova de entendimento tático que lhe permitisse ir mais longe na manifestação de quinta-feira? Tudo indica que, neste aspecto, o PCP teria ficado perdido o controlo dos acontecimentos a favor de uma radicalização do processo fora dos seus objectivos estratégicos de hegemonia paritária no aparelho de Estado. Mas esta exploração não é independente de outra. E que, nos últimos dias, se tem vindo a agudizar a crise no seio da FUR e especialmente no interior de algumas organizações que a compõem. Por um lado, a passagem das Brigadas Revolucionárias à clandestinidade, remete o FRP a uma posição extremamente frágil no terreno

legal, devido à muito escassa implantação de que dispõe. Por outro lado, à ciso verificada no MES de Coimbra — derivada da prospectiva satisficção daquele movimento pelo PCP e do apagamento quase total do seu projecto político específico — deverá suceder uma ruptura no Porto pelas mesmas razões. Talvez por necessidade de antecipação, e coincidindo com a ciso ocorrida no seio de Coimbra, o Secretariado da Organização de Lisboa do MES em conferência de imprensa efectuada na última quarta-feira — mas, significativamente, sem a presença de nenhum dirigente conhecido daquele movimento, ao contrário do que habitualmente sucede — pretendeu demarcar-se de forma muito acentuada do PCP, cuja orientação foi classificada de "política de centrismo". Mas quer no caso do MES, quer no caso da quase totalidade das organizações integradas na FUR, a sua escassa implantação e a sua incapacidade de intervenção política efectiva para além de momentos pontuais, tornam-na virtualmente inoperantes uma vez reduzidas a si próprias. Põe-se, por outro lado, a questão da actual ineficácia em termos organizativos de um projecto de alternativa de esquerda quer à social-democracia, quer ao PCP, quer ainda à orientação estalinista de que se reclamam as organizações si-l.

Partidarização do poder popular

Ligada à actual crise em que se debate a esquerda portuguesa — com a pulverização de organizações para além do PCP —, está também a questão do poder popular. Com efeito, depois do movimento espontâneo das massas populares que proporcionou o aparecimento das comissões de trabalhadores e meçadores, verificou-se, gradualmente, a instrumentalização e divisão dessas forças pelas diversas forças partidárias de esquerda, disputando entre si a hegemonia do movimento de massas. O que igualmente se tornou patente na manifestação de quinta-feira.

Vicente Jorge Silva

Viver assim até quando?

AS UNIDADES MILITARES estão de prevenção. As operações-stop, contra-ponto das barricadas civis, recomeçaram. A semana era decisiva, diziam-no em uníssono, na segunda-feira, o "Século" e o "Diário de Notícias". Quinta-feira seria o dia do golpe, garantem uns; do golpe e contra-golpe, asseguravam outros.

Há uns meses, tudo isto teria provocado enorme efervescência. Hoje em dia, a indiferença é quase total; acreditam-se as mexidas, das pedras no tabuleiro do xadrez político, com a resignação típica da conhecida brandura dos nossos costumes.

Assim vamos vivendo, rotineiramente, um quotidiano entrecortado de esfumadas emoções e de assimiladas contradições, entre os boatos ouvidos no trabalho ou no café, as desencontradas informações dos jornais das rádios e da televisão, as perplexidades perante as declarações dos chefes militares e as esperanças ou desconfianças relativamente ao sexto elenco governamental. Assim vamos, desgastantemente, vivendo, sem disponibilidade mental para pensar a prazo mais longo do que uma semana, sem tempo para entender que a economia tem razões que nem sempre a política pressente, sem vontade de trabalhar e produzir porque a política adquiriu prioridade absoluta. Assim vamos vivendo, placidamente, centrados sobre os nossos problemas, ignorando o que a História nos poderá ensinar, esquecendo que boa parte do nosso futuro se joga em Angola e em Espanha.

Até quando seremos capazes de viver assim? Até quando a rotina, o desgaste e a placidez nos permitirão aguentar uma situação em permanente indefinição, numa sociedade em constante destabilização, num país em progressiva desagregação?

Esta pergunta não a fazem apenas os que, desde o 25 de Abril, anseiam pelo retorno da direita fascista. Fazem-na também os conselheiros da Revolução nas suas infundáveis reuniões, os ministros do VI Governo Provisório nos Conselhos em que tencionavam abordar outros assuntos e todos os portugueses conscientes que desejam continuar a residir num país que é deles e que querem ver progredir.

A diferença é que, enquanto os primeiros são partidários da tese do "quanto pior, melhor", os restantes sabem que as doses sucessivas de deterioração só aproveitarão a quem pretende conquistar o poder de modo golpista e, conseqüentemente, anti-democrático.

De um lado, portanto, a conquista do poder, custe o que custar, doa a quem doer. Do outro, a noção cada vez mais profunda de que é preciso parar a descida, alcançar a paz e a autoridade democrática, relançar a economia. De um lado, o activismo ilimitado, o aventureirismo sem escrúpulos, a sofreguidão de mandar. Do outro a consciência da gravidade dos problemas, a urgência de os resolver, a vontade de o fazer democraticamente, de acordo com a maioria. De um lado, a ditadura, seja ela de que sinal for; do outro, a democracia, que só tem um sentido um significado e uma verdade.

É esta adopção que os portugueses têm de fazer, vencendo a rotina, o desgaste e a placidez.

ARCHER, Luis J.
VICENTE, Arménio
SANTOS, Trindade

O NOSSO colaborador em assuntos relacionados com a Educação, TRINDADE SANTOS, pronuncia-se sobre a questão dos programas, que ao seu entender, enquanto persistirem mais ou menos inalterados os antigos programas de ensino a estrutura do sistema educacional fascista há-de sobreviver ao regime que a gerou. Por seu lado ARMÉNIO VICENTE, um dos membros da Comissão de Trabalhadores do Banco Português do Atlântico e delegado da CT

daquela instituição de crédito ao Secretariado Nacional das Comissões de Trabalhadores analisa, do seu ponto de vista, em «Crise, Inflação e Lutas de Classes» as raízes dessa crise, a sua extensão e as perspectivas que se abrem à Economia portuguesa. LUIS J. ARCHER volta de novo às páginas do EXPRESSO para seu tema em que é especialista aborda algumas das questões relacionadas com o ambiente, a hereditariedade e o futuro.

A questão dos programas

Trindade Santos

1. POR ESTA altura, já deve ser para muitos evidente que enquanto persistirem mais ou menos inalterados os antigos programas de ensino, a estrutura do sistema educacional fascista há-de sobreviver ao regime que a gerou. Terrível indício da inoperância da hierarquia responsável foi neste capítulo o imprevisto programático em que esse ano decorreu, que em muitos casos só agudizou desnecessariamente, contradições já insuperáveis.

Procedeu-se com indelicável ligeireza, acrescentando e suprimindo rubricas, como se um programa não envolvesse uma compreensão dos objectivos do ensino e uma avaliação global do sentido da educação. O que equivale a dizer que, intocados os objectivos antigos, se retirou a toda a tentativa de mudança a possibilidade de se inscrever alguma alteração efectiva das estruturas de base. E ignorando-se a unidade programática, esqueceu-se a articulação curricular, em função da qual é possível saber porque se ensina o que se ensina e a quem, para quê e como se aprende.

Era, aliás, crítica comum ao sistema, ainda durante o fascismo, a denúncia da inexistência de objectivos para a educação. Pare enganar! Apenas avaliavam algumas flagrantes contradições, mais devidas à falta de talento dos responsáveis ou

à ruína geral da estrutura política que a uma nítida impossibilidade de reforma. O que na realidade acontecia era a subordinação a princípios de ordem superior, sempre salvaguardando a coerência e a consistência de um sistema para quem a cultura era condição e estatuto de promoção social e política, sistema formativo só enquanto selectivo, colonizador e auto-perpetuante. As multiphases desgastantes operações da pedagogia tradicional, com os seus instrumentos de eleição; o livro único, a aula magistral; o exame, não mais faziam que encobrir por detrás de um vão e repetitivo cerimonial a sua decorrência estrita do princípio da autoridade incontestada dos superiores, na ordem supra-racional e transcendente. Nenhum acto, nenhuma instituição pedagógica ousava desafiar uma máquina polida e apurada por anos de invencível rotina, em que cada mínimo gesto tirava sentido da integração na ordem omnipotente. Notável pela eficácia, sobretudo quando aparentemente menos eficiente, com resposta a tudo adequada, tal sistema deixava-nos tristes perspectivas de reforma. A solução seria acabar de vez com ele, mas isso implicaria começar a levar a cabo o saneamento das pessoas, passar ao dia instituições e terminar no dia mentalidades, tudo isso implicando uma revolução que, até agora, não houve.

E quanto a programas, estamos exactamente na mesma. Uns parecem melhores porque, menos sensíveis à rigidez ideológica da ordem política passada, foram capazes de uma progressiva adequação — e é o caso das línguas vivas — outros piores porque, reflectindo a decomposição irrevogável da estrutura política, se foram evasando de sentido até não restar mais que um amontoado de rubricas vagamente colhidas em índices de livros que ninquem já li — e é o caso da Filosofia.

A partir de aqui, toda a reformulação do sistema educacional carece de um projecto político e cultural em que se apoie, o qual naturalmente decorre de uma nova ordem social que ainda se não afirmou. Porque a Escola não pode ser independente do país e adiantar-se-lhe na revolução, toda a tentativa de reforma só revela a incompreensão e a incapacidade dos responsáveis, que nunca deixaram de cair em três tipos de erros — o adhocismo, quando multiplicavam as instâncias de resolução dos problemas por outras tantas comissões criadas para o efeito; o fixismo, quando, na impossibilidade de resolver em profundidade reverteram para a legislação última; e o reformismo, quando em bloco reservaram o ataque aos problemas para um momento posterior, definitivo, deixando intactas as suas raízes.

De todas, a última alternativa é a mais perigosa. Apostar globalmente numa mágica reconversão das instituições sem atender à transitoriedade do processo político, aspirar ao definitivo no provisório, é ainda mostrar-se o digno herdeiro do projecto cultural fascista. Toda a reforma está contida entre a capacidade planeadora dos que a gizam e as possibilidades reais dos que a executam. Condições para uma reforma a professores cuja formação reflecte uma deformação de meio século de mau ensino, num contexto social difuso e imprevisível, é uma indesculpável imprudência. Para quê um novo programa imposto de cima, que ignore as possibilidades de reciclagem dos que devem assegurar o seu cumprimento? Para quê um programa que, procurando levar em conta as possibilidades dos professores, deixa afinal tudo na mesma, criando uma perturbadora ilusão de mudança? Este é o dilema. De quem parte de um conceito de reforma global, instantânea e monolítica relevante ainda de uma pedagogia ditada à sociedade por um punhado de iluminados pretensamente detentores da verdade. Ai a uniformidade programática é um valor a preservar a todo o custo, assegurando pela instalação da ordem repressiva uma execução «responsável» e «competente», cujos fins sejam o aproveitamento dos alunos na prova final do exame. E a partir daqui,

as operações da prática pedagógica estão de tal modo envolvidas que é impossível alterar uma sem afectar todas as outras. O reformismo centralista só pode coadunar à sobrevaloração da prova selectiva apoiada no figurino pedagógico uniforme. Está-se a ver que tipo de sociedade este ensino visa.

2. É o erro é o próprio conceito de reforma, global e centralista, que separa a Escola do contexto social em que se funda. Qual a alternativa, então?

Uma solução seria encarar a perspectiva de uma descentralização gradual e controlada. Numa primeira fase, a recolha de pareceres que sobre a acção e praticabilidade dos programas, sem atender à especificidade das objecções, depois, de acordo com o perfil das respostas, um abrandamento dos esquemas programáticos, estimulando um experimentalismo pedagógico e didáctico. Tomar-se-ia, então, necessário dar forma a um organismo coordenador de todo o processo que fosse relatando e supervisando o seu andamento.

Naturalmente que em todo o nosso sistema educativo é evidente a repugnância por este tipo de caminhos, o que é normal. Há, no entanto, que reconhecer com um mínimo de realismo, que a descentralização começou quando o Ministério delegou nas escolas a tarefa de

organização do serviço de exames, deixando escapar-se-lhe o único instrumento eficaz de controlo do ensino. A análise comparativa das várias provas de exame deve revelar, mesmo numa área tão limitada como Lição, uma displicência no tratamento dos conteúdos disciplinares que só pode ser indicio da explosão de uma estrutura programática vazia de sentido, científica e pedagogicamente. Porque não reconhecer a inevitabilidade do processo e procurar uma intervenção activa que vise o seu controlo?

A alternativa é o caos, por impossibilidade total de assegurar a ordem na Escola, ou o regresso à ordem repressiva, que matámos mas ainda não conseguimos enterrar. O que, de qualquer modo parece inevitável é que toda a análise da presente situação, independentemente das soluções que propõe, não pode deixar de constatar a interligação de todos os aspectos do problema, quer ao nível da estrutura social, quer ao da super-estrutura cultural. E a verificação desta solidariedade íntima implica a inviabilidade de qualquer atitude reformista. Creio que se o Ministério, uma vez mais, ignorar a necessidade de uma tomada de posição inequívoca sobre a questão dos programas, só caberá às escolas começarem a pensar em formas de luta e de organização, porque as de que dispõem mostram pouco interesse no processo.

Crise inflação e luta de classes

Arménio Vicente

DE HÁ uns tempos a esta parte fala-se muito em crise, em inflação, em políticas irrealistas.

Valores e índices que há pouco seriam considerados alarmistas, são publicados em cadadups nos órgãos da informação. Ministros e ex-ministros dão entrevistas e fazem declarações sucinivas colocando sempre a tónica na crise.

Adnal o que se passa? Quais as raízes da crise e a sua verdadeira extensão? Que perspectivas se abrem à economia portuguesa?

D'uma forma necessariamente breve e despretenciosa, procurarei tecer algumas considerações acerca destas questões e outras correlacionadas.

Uma profunda crise, sem dúvida a mais grave desde a crise dos anos vinte, abala todo o sistema, do centro à periferia, que afecta todos os ramos de actividade, que se começou por manifestar na esfera da circula-

ção embora tivesse as suas raízes na esfera da produção e que afecta também o social-imperialismo soviético.

Este, à semelhança do seu rival norte-americano, lança mão de toda a sorte de manobras e falsitruas com vista a entrosar mais e mais e desta forma responder à crise interna com que se debate e está na base, por exemplo, do enorme deficit da sua balança comercial. Segundo os tecnocratas do MIT, e em consequência da crise que vimos caracterizado, muitos países terão, em meados deste ano, atingido o «crescimento zero», sendo que outros, como Portugal, terão este ano PNB inferiores aos do ano passado. Estimativas já vindas a público referem, para o caso português, uma quebra que se situa entre os 10 e os 20 por cento.

Se o panorama da crise do sistema imperialista mundial é o que se refere, para o caso português vê-se agravado devido a um conjunto de factores dos quais se destacam: a vitoriosa luta armada dos povos das colónias; a sacensão do movimento operário e popular, com a crescente agudização da luta de classes a partir de fins de 1972; a total dependência da nossa economia dos imperialismos americano e europeu (fazendo de Portugal uma neo-colónia), coexistindo lado a lado empresas relativamente bem dimensionadas e apetrechadas com outras de todo absolutas e com níveis de produção ridículos; a crise do poder (sensível a partir de 1973) que conduziu à maior instabilidade e concomitante incapacidade da burguesia para governar e fazer cumprir os seus planos de exploração.

Se em 1973 a crise era já perceptível, a inflação galopante e o desemprego se começava a fazer sentir, foi contudo possível ao sistema amortecer o impacto dos primeiros efeitos da crise. 1974, foi, assim, o ano que trouxe à luz do dia todas as contradições e insuficiências do, corrupto e podre sistema de exploração que domina o nosso povo.

De 1973 a 1974, a taxa de inflação passou de 18 por cento para 32 por cento; o saldo da balança comercial de 29 milhões de contos para mais de 56 milhões; as reservas em ouro e divisas do Banco de Portugal, aumentou, neste período quase 5 vezes. Para sair a crise, que em 1974 se revelou com uma intensidade brutal, os sucessivos governos burgueses mostraram-se completamente impotentes, não obstante a vasta panóplia de medidas desde então adoptadas. 1975, iniciou-se com um plano económico de emergência que nunca passou da boca de alguns ministros e das páginas dos jornais.

Com a crise aberta em 11 de Março, o sector social-fascista da burguesia, merço do sucesso do seu "contra-golpe" das 11 da noite, alcançou-se a importantes e numerosos postos-chave do aparelho de Estado, tendo incentivado e promovido, a partir desse altura, a avalanche de nacionalizações que conhecemos. Mas estas nacionalizações só foram possíveis por apresentarem, ainda, um acordo transitório e frágil entre imperialistas e social-imperialistas que procura revidar o mundo em esferas de influência, desenvolvendo deste modo a sua política de hegemonia e pilhagem.

Estas nacionalizações e o controlo do aparelho de Estado, permitiriam aos social-imperialistas penetrar mais rapidamente na economia portuguesa e obter aqui excelentes posições.

Todavia, nem assim a crise cessou de se agravar. O IV Governo provisório escolheu exactamente porque as diferentes facções da burguesia presentes no

bloco no poder e representando interesses imperialistas diversos, se não entenderam quanto à melhor maneira de reparar entre si o quinhão do saque, ao passo que a classe operária e o povo trabalhador, pese embora o atraso evidenciado em matéria de organização e a presença de alguns oportunistas, soube manter o seu movimento ascensional, colocando de forma cada vez mais clara a questão da tomada do poder.

A saída do PSD e do PSD não só agravou a crise e acelerou a queda do IV Governo, como permitiu à contra-revolução acumular forças e traçar planos para atacar na melhor altura.

Durante todo este lapso de tempo as facções da burguesia ligadas ao imperialismo americano e ao sub-imperialismo europeu jogaram no crescente agravamento da crise; mais de 70 por cento das empresas trabalham abaixo da sua capacidade, os prejuízos das principais empresas rondam os 20 milhões de contos, o desemprego deve situar-se, neste momento, entre 350 e 400 mil trabalhadores e as reservas em divisas devem esgotar-se entre fins deste mês e princípios de Novembro.

Entretanto, muita gente se interroga acerca da taxa de inflação. Como se explica que esta taxa, apesar do quadro negro esboçado, seja apenas da ordem dos 20 por cento? Muito simplesmente porque as empresas a escondem sob os seus enormíssimos prejuízos. Grande número de pequenas e médias empresas estão em estado de falência — os seus capitais próprios estão completamente absorvidos por passivos assustadores. Mas não só com as pequenas e médias empresas ocorre este facto. Algumas grandes empresas, alguns monopólios que até 1973 e mesmo até 1974, acumularam milhares e milhares de contos de lucros, apresentam este ano centenas de milhares de contos de prejuízos. Não permitindo que neste momento

os prejuízos se repercutam nos preços, isto é, não permitindo que neste momento os preços subam, a burguesia procura ganhar tempo, procura que a luta de classes não se agudize, de mesmo passo que se acumula forças, conta espingardas e espera a melhor oportunidade para lançar o seu golpe.

Caso a classe operária e o povo não tomem o poder levando até ao fim a Revolução ou sua fase actual, criando, assim, as condições políticas e materiais para a Revolução Socialista, a burguesia, mais tarde ou mais cedo, e à custa da mais feroz repressão, fará abater sobre o povo todo o peso da crise, fari com que os prejuízos enormes que se acumulam nas empresas se repercutam nos preços — os preços estão taxas de inflação que efectivamente correspondem à situação actual da economia e que se deverão situar entre os 60 e 75 por cento. Até lá e após o isolamento do sector social-fascista, a burguesia há-de fazer todos os esforços nos planos militar, político e jurídico, para se encontrar em condições de se abater sobre o povo e ao mesmo tempo negocia já no Conselho da Europa no FMI, no Banco Mundial, etc., mais algumas fatias do bolo que todos os exploradores disputam. Todos os discursos de ministros e es-ministros acenando-nos com cifras aterradoras, todos os enaios de golpe, manobras de gabinete e panegíricos à disciplina e à ordem; todas as avaliações de forças e contagens de espingardas, todas as campanhas de manipulação, todas as missões ao estrangeiro, mais não visam que criar as condições necessárias para a burguesia, loca do imperialismo, se abater sobre o nosso povo. Aquilo a que ultimamente alguns políticos chamam políticos realistas são na verdade, políticos criminosos que conduzirão a nossa Pátria à fome e à miséria. Esgotadas as reservas em divisas, o VI Governo e o Banco de Portugal preparam-se para hipotecar as reservas em ouro.

Ambiente, hereditariedade e o futuro

Luis J. Archer

As civilizações modernas modificaram profundamente o ambiente em que se movê a vida humana neste Planeta. Nubca, como hoje, estivo o homem exposto a um tão grande número de produtos novos, para os quais não está evolutivamente adaptado.

Calcula-se que 25 000 novos produtos químicos surgem cada ano, mais de 500 dos quais são lançados no mercado, desde novos pesticidas e herbicidas, até produtos farmacêuticos, cosméticos e aditivos alimentares.

Alguns desses produtos são tóxicos. Outros podem ser teratogênicos (causadores de anormalias no embrião humano), como o tratamento obtido caso da talidomida. Toxicidade e teratogenicidade podem ser, em muitos casos, rapidamente detectadas, persuadindo-se facilmente o público a tomar medidas de precaução. Fior é o caso dos produtos de que vamos falar.

Os produtos mais trabalhosos são os que, não passando imediatamente dos efeitos, podem dar origem a pequenas alterações no material hereditário, cujas consequências (talvez restritas) só serão detectadas quando, algumas gerações mais tarde, se tiverem acumuladas.

O material hereditário é o ácido desoxirribonucleico (abreviadamente conhecido como DNA) que se encontra nas cromossomas de todas as células. Esse DNA

multiplica-se com fidelidade, mantendo-se igual a si próprio, e é ele que determina todas as características de cada ser vivo. As células sexuais (que masculinas que femininas) transportam uma cópia desse DNA. Ao fundir-se uma célula sexual masculina com outra feminina, forma-se um novo ser cujas características são o produto da combinação dos DNAs dos progenitores.

Dão-se, por vezes, pequenas alterações espontâneas no DNA, as quais podem acarretar o surgir de novas características, que se tornam hereditárias através da multiplicação ou replicação fiel do DNA. Estas alterações hereditárias designam-se "mutações".

Estas mutações espontâneas são uma das causas da variedade de raças, de personalidades, de temperamentos e de características físicas, dentro dos indivíduos da nossa espécie. Algumas dessas mutações são até vantajosas. Outras são deletérias (conhecem-se à perto de 2000 defeitos hereditários hereditários causados por mutação). No entanto, a sua baixa percentagem, juntamente com a acção da selecção natural (que favorece os mais aptos), torna a evolução sucessivamente progressiva.

O problema só surge com o ambiente artificial criado pela indústria humana.

Cosméticos novos a verificam-se que muitos dos novos produtos químicos produzidos pelo homem são teratogênicos. Isto é, causam

uma alta frequência de mutações no DNA de bactérias e de animais, havendo boas razões para supor que alguns deles igualmente causam mutações no homem.

Não se esqueça que o homem é um ser diploide, isto é, tem nas suas células, duas cópias de cada cromossoma. Se só uma delas for afectada, a outra cópia poderá encobrir por completo o efeito deletério, só quando esse indivíduo se conjugar com outro tendo exactamente a mesma lesão encoberta, uma percentagem dos filhos (25%, segundo as leis de Mendel) esse defeito, por ter ambos os cromossomas lesados nesse ponto.

O perigo, portanto, é que produtos da nossa civilização comecem a acumular mutações no homem, que não sejam visíveis agora, mas venham a trazer uma catástrofe da saúde pública dentro de algumas gerações.

É certo que os espectaculares progressos da Medicina permitirão compensar, em parte, os efeitos málficos de novas doenças hereditárias se elas surgirem. Não podemos esquecer, no entanto, que esta acção terapêutica, sendo benéfica para o indivíduo pode ser prejudicial para a humanidade, por tornar possível a sobrevivência (a qual, sem a Medicina, não se daria) de seres humanos que, ao procriar, vão disseminar a sua doença hereditária.

Temos assim que a nossa civilização ao criar, por um lado, pro-

duzindo mutações e ao restringir, por outro, a acção purificante da selecção natural, pode estar a contribuir para o desequilíbrio e enfraquecimento da nossa espécie. Perante o perigo de situações deste tipo, impor-se-á, com ainda maior urgência que hoje, a necessidade do aconselhamento genético dos noivos e dos casais, que já se começa a praticar em Portugal em consultórios da genética humana, e com cujas previsões se procura evitar que se gerem seres humanos com acentuadas anomalias.

É óbvio que, independentemente desse aconselhamento genético, se também argumentasse organizando e tendo sistematizado da acção mutagénica de todos os novos produtos químicos que são produzidos, e impedindo, através de legislação apropriada, que sejam indiscriminadamente lançados para o mercado aqueles que constituem relevante perigo.

Com esse fim têm-se criado sociedades científicas que promovem e planeiam investigações neste campo, coordenam os resultados obtidos, em formas apropriadas de publicação e de Congressos, organizam cursos para técnicos de fábricas de produtos químicos, etc. Em 1969 criou-se a Environmental Mutagenesis Society (EMS) americana, em 1970 a EMS europeia, em 1972 a EMS japonesa, e em 1973 a EMS internacional. O "Environmental

Mutagen Information Center, Oak Ridge, Tennessee (USA) publica anualmente a bibliografia computadorizada de todos os artigos relevantes nesta área. A EMS tem promovido um grande número de Congressos, realizando-se em Florença (Itália), no primeiro mês de Outubro, o 5.º Congresso Europeu. Organiza também cursos sobre as técnicas usadas para detectar acção mutagénica, cursos esses destinados sobretudo aos técnicos laboratoriais de empresas produtoras. Participámos num desses cursos que teve lugar, há já 3 anos, em Edimburgo (Grã-Bretanha) e verificámos que quase todas as indústrias inglesas de produtos químicos estavam representadas.

O estabelecimento de legislação que regula quais os testes mutagénicos a que os novos produtos tenham de ser submetidos antes de serem lançados no mercado, encontrou várias dificuldades.

Uma delas reside no facto de não existir actualmente uma só técnica que dê resposta cabal ao problema, e de ter que se recorrer a uma variedade de técnicas muito diferentes. Como algumas delas são consideravelmente dispendiosas e trabalhosas, seria impraticável obrigar a submeter todos os 500 ou 1000 novos compostos anuais a todos os testes.

Hoje parece ter-se chegado a um certo consenso acerca das prioridades e da hierarquização dos testes, de modo que a certos testes mais simples serão submetidos todos os novos compostos, e só os que obtiverem resultado positivo neste teste terão de ser submetidos aos de nível seguinte, e assim sucessivamente.

Bibliografia:

"Environmental Mutagenic Hazards" — Science 187: 503—514 (1975) e bibliografia aí citada.

Portugal não está ausente nos estudos que a OCDE está a programar no sentido de defender o homem do ambiente por ele criado, e que incluem o tema da acção mutagénica dos produtos ambientais. Entre nós já há grupos de geneticistas moleculares (nomeadamente na Faculdade de Ciências de Lisboa e no Instituto Abel Salazar da Universidade do Porto) que se estão a preparar para servir os interesses da população humana através da aplicação de testes de mutagenicidade a compostos ambientais.

O progresso vertiginoso que se está a verificar no aperfeiçoamento das técnicas capazes de detectar a mutagenicidade e de a quantificar, juntamente com a consciência mundial da importância vital deste assunto e com a acção coordenadora das sociedades internacionais, certamente permitirá que a nossa civilização industrial não seja a destruidora do homem do futuro.



Semana Económica

● Nacional

Conselho de Ministros: aspectos genéricos...

NO PLENÁRIO do Conselho de Ministros alargado, realizado na passada quinta-feira, o VI Governo Provisório começou a analisar e discutir a situação económica portuguesa. Segundo informa o comunicado da reunião distribuído pelo Ministério da Comunicação Social, os ministros e secretários de Estado estudaram "a definição das linhas orientadoras de uma política económica global e de algumas das principais medidas imediatas a tomar".

O comunicado acentua a necessidade de elaborar para já medidas a muito curto prazo ao sentido de fazer frente aos problemas mais urgentes e cuja prioridade se justifica. No entanto, há a preocupação de estabelecer um plano económico de emergência, tendo sido examinados na reunião "critérios e linhas de actuação" da política económica a seguir.

Por outro lado, acentua-se também a preocupação por parte do Governo de "restringir ao mínimo as necessárias medidas de austeridade e de poupar o mais possível à sua incidência as classes sociais mais desfavorecidas".

...e política económica em discussão

NA REUNIÃO na passada quarta-feira, o Conselho de Ministros apreciando entre outros assuntos, aspectos referentes à economia nacional, debatteu-se sobre um projecto de diplomas emanado do Ministério da Indústria e Tecnologia, o qual prevê a criação de um departamento de planeamento e coordenação económicas da indústria naval. Do mesmo Ministério foi emanado um projecto de diplomas a propósito da criação de uma empresa pública denominada "Petroleos de Portugal" (vide notícia nesta página).

Ainda do Ministério da Indústria foi discutido um projecto diploma tendo sido aprovado, como medida tendente à defesa do sub-sector de tapetes tipo Arraioles da região da Granja (Vila Nova de Gaia) declara o mesmo sector em crise. Foi deliberado eventual reestruturação do sector. Um projecto de diplomas do Ministério do Equipamento Social, propõe a aprovação pelo referido Conselho a aprovação de projectos de criação, concentração e transformação de empresas em que tenha havido intervenção do Estado, com dispense das normais formalidades legais e estatutárias.

Acordos de cooperação Portugal-Bulgária

O MINISTRO do Comércio Externo, Jorge Campinos e o seu homólogo búlgaro, Ivan Nedev, assinaram na passada quinta-feira um acordo de longo prazo, de cooperação económica, industrial, científica e tecnológica e um acordo de navegação mercante entre os dois países. Foi também assinado pelos dois ministros um processo verbal relativo à reunião da comissão mista de cooperação, contendo em anexo um protocolo comercial para o ano de 1976.

No referido protocolo e segundo o comunicado final das conversações são definidas as medidas consideradas indispensáveis para a expansão do comércio entre Portugal e a Bulgária em 1976, e se apontam as sectores com mais possibilidades, tendo em vista aquele objectivo.

Cooperação luso-sueca

DESCORREU nos dois últimos dias em Lisboa a terceira reunião do grupo de trabalho luso-sueco para a cooperação nos campos económico e social dos dois países representados.

A delegação portuguesa presidiu o dr. Paul Ennes, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo sido representados os departamentos de Equipamento Social, Indústria, Finanças, Educação, Comércio Externo e Comércio Interno. A Suécia foi representada por Ragnar Schöman, sub-secretário de Estado adjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros daquele país.

Empréstimo público de apoio a retornados

FOI AUTORIZADA a emissão de empréstimo, interno e amortizável denominada "Obrigações do Tesouro 7-1/2 por cento - 1975 - Apoio aos Retornados", a 11 importância total nominal de dois milhões de contos. No referido decreto-lei recentemente publicado na folha oficial, refere-se que o produto resultante do empréstimo se destina ao financiamento de planos de apoio aos desalojados das colónias e sua integração na sociedade portuguesa.

O empréstimo, cujo serviço fica a cargo da Junta de Crédito Público, desdobrar-se-á em séries de 500 mil contos cada uma e a sua representação far-se-á em títulos de cupão de uma a dez obrigações no valor nominal de 1000000 ou em certificados de dívida inscrita correspondentes a qualquer número de títulos, cujos juros serão pagáveis aos semestres em 15 de Março e em 15 de Setembro.

Possível a regularização do abastecimento de leite

NO PRINCÍPIO do próximo ano o abastecimento de leite ao País poderá estar regularizado, segundo declarou o vice-presidente da Junta Nacional de Produtos Pecuários, Pinto Cardoso. Tudo depende de uma reestruturação das áreas de Trás-os-Montes, Alto Douro, Beira Baixa e Beira Alta, estando a Junta a reorganizar já a produção e a distribuição de leite naquelas regiões.

Além de regularizar o deficiente abastecimento de leite actual, a actuação da Junta poderá ter boas consequências na situação dos pequenos e médios produtores e levar à criação de, pelo menos, cerca de 200 novos postos de trabalho, através da reestruturação da indústria dos lacteínios.

● Internacional

Benelux' bloco de força na CEE

OS PAÍSES do Benelux, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, decidiram coordenar a sua acção no sentido de aumentar o seu peso dentro e fora do Mercado Comum.

Essa acção conjunta destina-se a contrariar a dominação no seio da CEE por parte dos outros componentes dos Nove, e também a coordenar a política económica, financeira e social dos três países, prevendo-se maiores facilidades aduaneiras e a uniformização de todas as taxas entre os membros do Benelux.

O comunicado oficial que anunciou este acordo, não referiu os protestos do Benelux em relação ao projecto francês de uma conferência cimeira para debater problemas monetários entre os principais membros do Mercado Comum que excluía os referidos três países, sendo no entanto possível que tal projecto tenha sido a causa próxima do acordo firmado.

Incremento na produção europeia de carvão

OS PAÍSES do Mercado Comum produziram, durante os primeiros nove meses do corrente ano, cerca de 191 milhões de toneladas de carvão. Esse valor, comparado com a produção do mesmo período de 1974, representa um aumento de 11,2 por cento, para o qual contribuiu o incremento da produção na Grã-Bretanha de 23,1 por cento. De uma maneira geral, os outros países da CEE apresentaram uma diminuição na produção de carvão, que foi de 0,7 por cento na Alemanha Federal, de 3,3 por cento em França e de 7,9 por cento na Bélgica.

Assinatura autógrafo de
NETO, Agostinho

Não haverá conferência entre FNLA - MPLA - UNITA

"A INDEPENDÊNCIA TEM DE VIR PARA ANGOLA ATRAVÉS DO MPLA"

O MINISTRO Vítor Crespo chegou a Luanda, quarta-feira, pela manhã, precisamente numa altura em que os órgãos da informação angolanas (jornais, rádio e a recém-criada televisão-RPA) vêm atacando a posição assumida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, segundo os seus discursos na ONU no fecho e reconhecimento por Portugal, dos três movimentos de libertação, na linha do que ficou consagrado nos acordos, mais que estranhados, do Alvor. Também o Bureau Político do MPLA, em declaração lida pelo seu presidente, dr. Agostinho Neto, criticou severamente a posição portuguesa «ao insistir numa pretensa legitimidade da UPA / FNLA e UNITA, não denunciando de maneira inequívoca os laços estreitos entre essas organizações neo-colonialistas e os meios mais agressivos e retrógrados de Portugal e de outros países imperialistas, assim como não denunciou as invasões do Norte e do Sul de Angola».

O povo, em geral, desta Luanda serleira e transeira, a braços com determinadas carências que o desaparecimento dos portugueses está causando, carências que se vão remediar da melhor forma possível e com espírito de compromisso, desta Luanda onde se não pode desambular calmamente a qualquer hora do dia e da noite, comenta, com desaprovação, a atitude oficial portuguesa e espera ao resultado da visita do ministro Vítor Crespo um reforço no entendimento entre os dois povos.

Por outro lado, correm notícias, as mais diversas, provenientes das duas partes, sem sempre interpretadas no seu contexto global, que levam as massas a movimentarem-se, as quais, por sua vez, dialecticamente, influenciarão as decisões das cúpulas.

Em Luanda, onde me encontro, ouso a propaganda foi tão grande contra a UNITA e a FNLA. Uma propaganda baseada em documentos. Nos cartazes de parede e nos jornais. Está, por exemplo, a ser publicada a troca de correspondência entre Jonas Savimbi e o exército colonial português, a qual, como, aliás, já é do conhecimento daqueles que habitualmente nos lêem, prova a sociedade que a UNITA foi uma criação do colonialismo, mais que tudo para combater o MPLA.

Quanto à FNLA, com Hélder Roberto a dizer constantemente que entra em Luanda, enquanto vai concentrando no Caxito, material e homens, vindos do Zaire (à hora a que então a escrever encontra-se no Ambrósia), é aqui universalmente tratada, a todos os níveis, como movimento estrangeiro e tido apenas como um exército sem povo, pejada de mercenários. Com vários milhares de soldados calvos nos seus flocos, comandados superiormente por Santos e Castro, como EXPRESSO foi o primeiro a divulgar há três semanas, enquadrados por mercenários na sua maioria portuguesa, o epíteto frequente que lhe aplicam é de movimento fascista e braço longo do imperialismo americano. Os seus líderes andam nas bocas de Angola como homens corruptos e pouco sérios (do povo desta terra) haverá em Luanda que não conheça o conselho: «Ouve Agostinho Neto, o povo viu, Samuel Abrigada com cem mil contos fugiu». Trata-se de uma situação ao efetivo devido ao mesmo momento feito pelo então ministro da Saúde, ministro por parte da FNLA.

O ambiente popular não é de modo a acreditar uma conferência quadripartida dos três com Portugal, mesmo sob o alto patrocínio de nações africanas vizinhas ou amigas.

Exactamente na manhã da chegada de Vítor Crespo fomos recebidos pelo Presidente Agostinho Neto, na sua residência, a quem pusemos as perguntas relacionadas com o momento presente, um momento dos mais quentes e difíceis nas relações Portugal-Angola. Um momento dos mais importantes na medida em que pode condicionar as relações futuras entre os dois povos. Nessa altura, também, em que segundo anônimos através de fontes diplomáticas, o Brasil aqui representado por um funcionário do Ministério das Relações Exteriores com a categoria de embaixador, está na disposição, sem falar no Movimento, de reconhecer o governo sediado em Luanda, que toda a gente sabe e o Brasil também, que é o MPLA.

A entrevista foi gravada e concedida pelo enviado do EXPRESSO a Luanda, Augusto de Carvalho.

Bandeira de Angola lçada pelo MPLA

EXPRESSO — Pode dizer-se que há zero horas do dia 11 a bandeira da independência, ou seja, a bandeira angolana, será lçada em Luanda?

AGOSTINHO NETO — Como nós temos afirmado várias vezes, o MPLA está firmemente determinado a proclamar a independência no dia 11. Portanto, no dia 10 para o dia 11, às zero horas, a nossa bandeira será lçada nesta cidade e noutras de Angola.

EXPRESSO — Será a bandeira do MPLA ou é a bandeira Angolana?

AGOSTINHO NETO — Será a bandeira angolana, naturalmente.

EXPRESSO — Mas é o MPLA quem vai lçar essa bandeira?

Quem vai formar Governo?

EXPRESSO — Ultrapassados os termos do Acordo de Alvor que dizem, por exemplo no art. 4.º: "o governo de transição organizará eleições gerais para uma assembleia constituinte, no prazo de nove meses, a partir de 31 de Janeiro de 1975, data da sua instalação, acordos que estabeleçam normas segundo as quais seriam constituídos os órgãos de soberania, uma pergunta surge

AG. NETO — É o MPLA a lçar a bandeira por várias razões: o MPLA fez a luta de libertação, o MPLA preparou, portanto, as condições para esta independência. O MPLA está, agora, a governar neste período de transição. É, aliás, o único Movimento que tem estado a governar em Angola. É também o Movimento que está, neste momento, a controlar a maior parte do território nacional. Portanto nós pensamos que temos o direito de sermos nós a proclamar a independência, a lçar, portanto, a bandeira e a formar o governo.

EXPRESSO — Há determinadas cidades, porém, onde isso não poderá acontecer. Estamos a lembrar de Carmona, ao norte e Nova Lisboa, cá para baixo, se permanecerem as mesmas circunstâncias de hoje. Estes exemplos levam-me a fazer-lhe a seguinte pergunta: o Presidente Agostinho Neto está de acordo com afirmações vulgarmente propagadas, segundo as

legítimas: quem vai formar o governo da acção?

AG. NETO — Evidentemente que os Acordos de Alvor foram suspensos unilateralmente por Portugal; evidentemente que não eram respeitados nem pela UNITA, nem pela FNLA. Estou enterrado e creio que bem enterrado. Não valeria mais a pena falar quer do espírito, quer da letra do Acordo, porque esse Acordo acabou. Tive a sua época, fez o seu caminho e morreu.

quais há uma balcanização efectiva do território angolano?

AG. NETO — Não estou de acordo com elas. É certo que temporariamente algumas áreas no Norte e no Centro estão ocupadas, respectivamente, pela FNLA e pela UNITA. Trata-se de grupos políticos que sempre procuraram a secessão, baseando-se em questões tribais e na rivalidade com países reacionários que temos na nossa fronteira, ao norte e ao sul. Mas esse é um problema que vai ser resolvido pela acção do nosso povo.

O nosso povo vai agir de forma a reestabelecer, o mais cedo possível, a integridade do território. Não aceitamos, por conseguinte, a ideia de que exista já, em Angola, uma balcanização. Não há-de haver três Repúblicas em Angola. Há-de haver, sim, uma República com partes do território em que se instalaram secessionistas. E que serão, portanto, combatidos.

Governo de união nacional

EXPRESSO — Na última declaração do Bureau Político do MPLA que o Presidente Agostinho Neto fez perante as câmaras da RPA e aos microfones da rádio, precisamente no ponto 15 afirma-se que "o MPLA garante desde já assegurar a continuidade da governação do país independente, através de um governo angolano de união nacional. Que quer exactamente dizer, a expressão "governo de união nacional"? Quer dizer um governo exclusivamente MPLA ou poderá ser constituído, inclusivamente, por pessoas não aderentes ao MPLA?

AG. NETO — Nesta altura não poderíamos formar vários tipos de governo. Um, do tipo do governo de transição que foi formado em Janeiro do ano passado. Esse tipo de governo não pode repetir-se, uma vez que,

depois de várias análises, chegamos à conclusão que a FNLA e a UNITA não são senão veículos de forças estrangeiras. São, portanto, organizações fantoches que funcionam uma para o Zaire e Estados Unidos da América e outra para a África do Sul e também para os Estados Unidos da América.

Se há forças estrangeiras a ocupar o nosso território, não podemos, de maneira nenhuma, com elas compor um governo, visto que não são patrióticas e não defendem os interesses do povo.

Poderíamos formar um outro tipo de governo, que seria exclusivamente MPLA, ou seja um organismo dirigente que comportasse unicamente membros do Movimento. Nós preferimos, porém, um governo de união nacional, em que mesmo indivíduos que não sejam membros do Movimento, ainda que não tenham

em Angola existe apenas uma autoridade. Não existem duas, nem três. Essa autoridade é o MPLA. Nós não pensamos que depois do período do 11 de

Novembro, universalmente aceite como data da independência, haja outros qualquer entidade, dentro ou fora do país, que se arrogue o direito de formar governo. Só o MPLA terá esse direito, direito que nós pensamos exercer depois do 11 de Novembro.

a mesma maneira de encarar o problema político de Angola, que nós temos, mas que sejam patriotas e honestos e tenham qualidades de governar, poderão participar no governo, independentemente, portanto, da sua filiação política, da sua ideologia, da religião, sexo, etc.

EXPRESSO — Do ponto de vista do MPLA poderiam vir a fazer parte do governo pessoas dos outros movimentos, não enquanto a eles pertencentes, mas na sua qualidade de personalidades com determinadas características? Mais claramente: poderiam fazer parte elementos da FNLA ou da UNITA?

AG. NETO — Se não vierem representar a FNLA ou a UNITA e se mostrarem sinceramente desejosos de defenderem as causas mais exploradas do nosso povo, eles poderão pertencer ao governo.

O poder popular como construção de base

EXPRESSO — O MPLA (especialmente a UNITA e a FNLA), afinal, no futuro, a formação de outros agrupamentos políticos? Delel absoluto e formação de outros movimentos que não seja o MPLA?

AG. NETO — Nesta etapa da luta em que teremos de usar uma grande energia para reconstrução do país, não podemos deixar de fazer o funcionamento político e a formação de novas organizações políticas que venham

para a cena degladiar-se em lutas que, na maioria das vezes, não conduzem a qualquer resultado prático. Nesta etapa, nós preferimos que o MPLA e só o MPLA assumam a responsabilidade política do país. Isto não quer dizer que haja obrigatoriedade de pertencer ao MPLA. Aliás o MPLA nunca praticou este tipo de obrigatoriedade.

Na realidade o MPLA é a força que orienta o país segundo uma linha política progressista. Portanto só ela deve existir nesta próxima fase. Claro que a seguir à independência temos várias

etapas a percorrer. Não serão apenas as tarefas de reorganização administrativa, ou de organização do próprio Estado, ou de reconstrução económica. Serão problemas também de esclarecimento, quanto às vias a seguir para que, de facto, nós possamos implantar em Angola o poder popular, poder popular este, que é um factor novo, que segue o desejo de fazer participar as massas nas decisões do país. Tudo isto são tarefas enormes, que não se podem realizar ao mesmo tempo que se travam combates políticos, por vezes estreitos.

A UNITA: evolução?

EXPRESSO — Entre as razões em determinados portugueses para o reconhecimento da UNITA, MPLA e outros legítimos representantes do povo angolano, apresentando, no Alvor, os três grupos se haverem reconhecido

implicitamente uns aos outros como tais. Eu pergunto: já nessa altura a natureza da FNLA e da UNITA era a que hoje apresentam, ou ao entender do Presidente Agostinho Neto, elementos novos surgiram que levaram, posteriormente, o MPLA a classificações de factos e inimigos do povo angolano?

AG. NETO — Todos nós conhecíamos e o governo portu-

guês, também, qual a natureza de cada uma destas duas organizações. Eu creio que ninguém em Alvor desconhecia que a UNITA é uma organização que foi feita, alimentada e empolada pelas autoridades militares portuguesas, em Angola. Todos sabem como grande parte dos oficiais do exército acarinha a UNITA, porque a sua própria criação pode desempenhar talvez uma

garantia para a neocolonização do país.

Toda a gente conhece a FNLA como uma organização do Zaire, uma organização alimentada por Mobutu e pelos americanos. O nosso Movimento, porém, não quis, em Janeiro do ano passado, avançar qualquer passo que desse a entender ao mundo que ainda não estava suficientemente esclarecido sobre os particulares destas organizações, que nós queríamos evitar a participação na governação de Angola de outras forças políticas. Fizemos, portanto, oposições, que pensávamos que haviam de ser compreendidas mais tarde por toda a gente. Afinal, a maior parte do mundo compreendeu o carácter da UNITA e compreendeu o carácter da FNLA e também os portugueses compreenderam.

Somente Portugal, hoje, está pressionado tanto por forças reacionárias do interior, como por algumas forças bastante poderosas do exterior. Creio que não pode resistir a essas pressões e toda a sua argumentação, neste momento, é incapaz de convencer alguém de que toma esta ou aquela atitude devido a não compreender. O que se passa, na realidade, é que há pressões internas e externas que levam Portugal a demitir-se de algumas posições que devia assumir.



Portugal não tem que transferir poderes

EXPRESSO — Fala-se muito em transferência de poderes, representando, ao caso, Portugal, o sujeito activo da acção, enquanto detentor dos mesmos. Parece-lhe necessário que essa transferência se realice, no momento português realido, apenas, ao reconhecimento (ou não reconhecimento) a nível diplomático, do governo que se vier a estabelecer em Luanda?

AG. NETO — Sim, fala-se muito em passagem de poderes como se Portugal estivesse ainda suscitando, neste momento, a passar os instrumentos do poder a quem quer que seja: por exemplo, ao MPLA. Mas esse problema para nós não se põe. Nós não vamos receber uma independência de bandeja. Nós

conquistámos esse direito à independência e o reconhecimento de Portugal ao nosso direito à independência só chegou depois de catorze anos de luta. Nós sentimos que a merecemos e vamos declará-la. Quer Portugal queira, quer não, seremos independentes no dia 11. Não é, portanto, Portugal quem vai oferecer-nos os instrumentos do poder. Nós vamos criá-los e assumir a nossa responsabilidade.

De resto, onde é que Portugal, em território angolano, pode ainda exercer qualquer autoridade? Nós dissemos-lo na última declaração, do dia 19, que, afinal, Portugal só conserva órgãos de sua soberania nas áreas em que o MPLA predomina, nas áreas em que o MPLA é autoridade.

Se houvesse uma passagem de poderes, ela teria de ser feita unicamente em relação ao MPLA, em cuja área os governantes portugueses estão a viver. Não se compreende que nas áreas onde estão os exércitos invasores e onde se está a preparar a secessão, os portugueses lá se dedicassem para passar os poderes. Só pensar nisso seria ridículo, como é ridículo pensar que nós vamos convidar os secessionistas para virem a Luanda receber os instrumentos do poder da mão dos portugueses, uma vez que os portugueses foram expulsos das áreas onde eles estão. Por isso mesmo, consideramos contraditória e mesmo absurda a ideia de reunir novamente aquilo que, na sua expressão se diz, os três movimentos, para a passagem dos poderes. Nem há três movimentos. Há um só. É a existência de Portugal só se verifica na área onde existe esse único Movimento, que a única coisa que tem a fazer é tomar o poder.

EXPRESSO — Nesta linha de ideias o problema de Portugal resumem-se, apenas, a reconhecer ou não reconhecer (isto se refere à independência pelo não está em causa) o governo?

AG. NETO — Sim. Em primeiro lugar Portugal terá de sair. Terá de retirar-se da nossa capital. Retirar a sua bandeira e todo o seu exército. Numa palavra, tudo aquilo que representa soberania. Este o primeiro passo.

Segundo passo: se quiser boas relações com Angola terá de reconhecer o nosso governo. Este é uma condição necessária para o estabelecimento de boas relações no futuro. Evidentemente que, depois, visto na troca de instrumentos diplomáticos que permitem a troca de ideias e de todas as operações nos mais diversos planos.

Relações preferenciais com Portugal

EXPRESSO — Podes concluir que da parte de Angola há interesse

em manter boas relações com Portugal e em estreitá-las cada vez mais na esfera da mútua independência?

AG. NETO — Nós sempre o

Não à conferência dos quatro

EXPRESSO — Em entrevista que o Alto Comissário, almirante Leonel Cardoso, me concedeu na segunda-feira, pude notar da parte do representante de Portugal certas doses de optimismo quanto ao desejo de reunir MPLA, FNLA e UNITA numa conferência, justamente com Portugal, lá para o fim desta mês ou princípios do que se avizinha.

Sob o patrocínio de países africanos. Malto na linha do discurso de Melo Antunes na ONU, depois do qual já muita água passou debaixo das pedras.

Tem, em seu entender, algum fundamento, e optimismo do almirante Leonel Cardoso?

AG. NETO — Nós ainda não recebemos qualquer proposta nesse sentido. No entanto, já aqui nos enviaram duas comissões: uma comissão restrita de membros da OUA e outra comissão mais larga enviada pelo próprio presidente em exercício da OUA, se não a pedido, pelo menos com conhecimento prévio do governo português. Isto para nos convencer a negociar, de novo, com a FNLA e com a UNITA.

Também temos recebido as ameaças de intervenção de tropas da ONU, tropas da OUA, etc. Enfim: têm sido usados todos os meios para impressionar, para nos fazer vergar à vontade daqueles que querem neocolonizar Angola.

Ainda não recebemos nenhuma proposta para reunião a quatro. Sei que está aí o ministro da Cooperação. É possível que nos convidem para fazer essa proposta. Não há razão nenhuma para nós irmos nessa espécie de conferências, cujo resultado podemos perfeitamente prever. Alguns políticos pensam que a nossa posição resulta apenas do facto de neste momento termos vantagens militares. Porque nós temos superioridade e temos uma certa capacidade de defesa na cidade de Luanda e que, por causa dessa superioridade, não aceitamos a conferência. Sugere-se, mesmo, que se acitarmos se fossemos um pouco mais frequentados.

Nada disto é verdade: mais fortes ou mais fracos, respeitaremos o nosso princípio. Não mudaremos. Não diremos outra vez que FNLA e UNITA são movimentos de libertação. Felizmente cresce, neste momento, a nossa força moral no mundo. A independência tem de vir para Angola através do MPLA.

declaramos: que queríamos ter relações preferenciais com Portugal: por todas as razões: A História o justifica; a História mostra que houve uma coabitação,

embora não pacífica, durante séculos. De qualquer maneira verificamos que se estabeleceram laços humanos que jamais se apagarão.

EXPRESSO — Sinceramente, Presidente, parece-lhe possível que a paz em Angola seja possível sem o conflito armado?

AG. NETO — Somente através de confrontações armadas ou, então, se as partes acionadas reconhecerem o seu erro. Nesse caso, poderíamos reexaminar o problema.

O papel dos EUA

EXPRESSO — Tem esperanças fundadas sem receame da situação por parte dos EUA?

AG. NETO — Dos Estados Unidos tudo se pode esperar. Não somos contra os Estados Unidos, simplesmente porque se chamam Estados Unidos, mas somos contra certos actos dos Estados Unidos. Fomos, por exemplo, contra a sua intervenção no Vietname, na Indochina em geral. Neste momento mais directamente ainda somos contra pela sua intervenção por enquanto indirecta em Angola. Se os EUA reconhecerem, e espero que o façam não muito tardiamente, que Angola deve ser conduzida simplesmente pelos angolanos, que nós é que devemos orientar o nosso país e que a nenhum país compete dizer-nos qual a orientação política que devemos seguir, se compreenderem isso certamente que vai cessar a ajuda militar que estão a dar a ambos os lados secessionistas. Haverá, então, possibilidades de paz e a paz só pode vir com a integridade territorial.

EXPRESSO — Se os EUA deixarem de auxiliar o Zaire que, por sua vez interveio com homens e material em Angola, enquadrados no exército da FNLA, a paz em Angola estaria ao alcance da mão?

AG. NETO — Logo que cesse o auxílio e não somente dos Estados Unidos, mas de outras potências que se pena criar também a ajudar militar e financeiramente, poderíamos, logo a seguir, ter uma situação normalizada.

EXPRESSO — Pode mencionar essas potências?

AG. NETO — A França também tem exercido o seu papel junto da FNLA e da UNITA. Com menos segurança menciono a Alemanha Federal e a Inglaterra.

Veículo de influência soviética?

EXPRESSO — Há, por outro lado, quem acuse o MPLA e sei que a dr. Elisabete é um deles, de veicular a influência soviética nestas zonas do globo. A própria China parece não andar longe desta maneira de pensar. Foi-se, por exemplo, garantido por testemunhas visuais que as auto-metralhadoras transportadas para o Negage, em aviões C-130, eram de fabrico chinês.

Que diz o Presidente Agostinho Neto a este tipo de acusações?

AG. NETO — Eu sei que a China tem concedido uma ajuda grande à FNLA. Em equipamento militar e em técnicos. Foram eles quem orientaram uma boa parte dos treinos dos soldados da FNLA e têm ajudado também com outros meios. Não creio que daqui se possa concluir que a FNLA é pró-chinesa, ou que adopte o marxismo como sua doutrina.

Nós, desde o início da nossa luta de libertação, que recebemos muita ajuda dos países so-

cialistas da parte europeia: da União Soviética, da Alemanha Democrática, da Checoslováquia, Bulgária, Roménia, da Jugoslávia, etc. Recebemos sempre muita ajuda desses países, assim como de países progressistas africanos: da Argélia, do Congo, da Tanzânia, da Zâmbia e, mais recentemente, das antigas colónias portuguesas. Também recebemos ajuda, bastante grande, de um país da América Latina: Cuba.

Esses países continuam a ajudar-nos, depois de haverem compreendido que, terminada a luta contra o colonialismo português, começou a desenvolver-se uma manobra no sentido de Angola ser dominada por outras potências. Compreenderam que Angola está numa posição chave em África, na África Austral. Com uma longa costa aberta para o Atlântico, é um país vizinho do Zaire, da África do Sul e da Namíbia. É um país de que dependem, em certa medida, o Zaire e a Zâmbia e é um país que, inserido no grupo dos países progressistas em África, torna-

ria a África Austral numa área progressista, o que com seriedade se poderia fazer a luta contra o racismo sul-africano e barrar todas as tentativas de penetração imperialista.

Para diminuir a nossa resistência e abaterem a nossa força, os nossos inimigos dizem que veiculamos ideias soviéticas. Ora nós temos orgulho na nossa organização até porque não seguimos orientação política de quem quer que seja. Elaboramos a nossa política sem estar a ouvir conselheiros daqui ou dali. Não é que os conselheiros não sejam necessários, mas nós orgulhamo-nos de não os ter.

Tanto a União Soviética, como Cuba, como outros países, sabem disso e a sua ajuda é incondicional. Nós só temos que reconhecer com muita gratidão toda essa ajuda que nos foi oferecida durante a luta de libertação e agora para a segunda luta de libertação.

Essas acusações não passam de provocação, inclusivamente, com a finalidade de diminuir o prestígio e a força moral do MPLA no mundo.

zaram-se, quiseram salvaguardar as suas vidas e começaram a partir.

Depois de nos termos limpo a cidade de gente da UNITA e da FNLA, depois de termos limpo certas áreas que vão da Luanda a Malange, ao Luso, Benguela, Moçimedes, etc., temos visto que já não existe o factor insegurança que determinou a saída. Há carências, o que é normal neste período: carências económicas, carências um pouco em todo o sector, e há também dificuldades na vida social, por enquanto. A insegurança, agora, só existe nas áreas de fora. Ainda impressionam, porém, muita gente.

Se houvesse mais calma e serenidade para analisar os problemas, se ele não fosse visto com paixão, algumas palavras de ordem que foram lançadas para a saída de centenas de milhares de portugueses, de Angola, não te-

riam sido seguidas. Mas houve precipitação. Houve atitudes sentimentalistas que não consentiram uma reflexão sobre o futuro imediato. Mesmo agora em relação ao 11 de Novembro lançam-se boatos, dizendo que nesse dia vai haver uma grande confusão em Angola. Não me parece possível que haja mais confusão do que há. Quer dizer que há-de continuar as confrontações. Há-de continuar as acções das nossas FAPLA para reconquistar o terreno ocupado pelos invasores do Sul ou do Norte. Mas não creio que haja nada de especial e a nossa independência vai-se passar quase normalmente, embora não com aquela normalidade que desejáramos.

Creio que podemos dizer que a maior parte dos portugueses retornados a Portugal foram levados por acção dirigida no sentido de os transtornar psicologicamente e de lhes fazer crer que Angola seria um verdadeiro caos.

Porque fogem de Angola os portugueses?

EXPRESSO — Gostaria agora de fazer a questão dos retornados. Multidões de portugueses abandonam Angola. Porque foge esta gente? O MPLA está instalado na maior parte do país. Há sítio da parte do Movimento de Libertação que se leve à desobediência?

AG. NETO — Tudo esse êxodo de Angola para Portugal deve-se e deve-se a uma recriação psicológica que é exercida por determinados reacionários que quiseram provocar esta situação. Também contribuiu para ela o facto de termos tido, aqui em Luanda, e noutras áreas, instabilidade bastante grande. Tivemos confrontações armadas. Praticamente não havia a possibilidade de transitar nas ruas sem perigo. As pessoas memori-

zaram de mais calma e serenidade para analisar os problemas, se ele não fosse visto com paixão, algumas palavras de ordem que foram lançadas para a saída de centenas de milhares de portugueses, de Angola, não te-

depois da proclamação da nossa independência, haverá reconhecimento imediatamente da parte de alguns.

EXPRESSO — Poder-se-ia dizer que lhes agradaria que o primeiro fosse Portugal?

AG. NETO — Gostáramos que Portugal se não fosse o primeiro, fosse dos primeiros não somente a reconhecer, mas também a enviar o seu embaixador a Luanda. No entanto, tudo de-

pende da compreensão que houver quanto ao processo que nós vamos seguir.

EXPRESSO — A nossa entrevista terminou, mas ainda em relação com esta última pergunta podemos informar que aqui se encontra, há já largos meses, o diplomata de carreira, dr. Carlos Teixeira da Mota, que a incumbência de lançar as infra-estruturas da embaixada e respectivos serviços consulares.

O reconhecimento diplomático

EXPRESSO — Uma última pergunta, esta em relação com o reconhecimento diplomático. Como é o MPLA, uma vez no governo, com o reconhecimento, para já, de muitos países?

AG. NETO — Embora o problema não tenha sido posto diante de vários países, tenho a certeza que um ou dois dias